

ATA N.º 2/2019

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2019:

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS) e Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Maria Fernanda Caetano Leal Correia (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atougua da Baleia, de Ferrel, de Peniche e Secretária da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), José António Bombas Amador (CDU), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), e Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão ordinária do mês de fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação de atas de sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Peniche, para comparticipação da aquisição de um Dumper;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), bem como a integração na Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras (RTPCE);

4) Nomeação de um membro da Assembleia Municipal de Peniche do Partido Socialista ou cidadãos eleitores nela representado para o Conselho Municipal da Juventude de Peniche;

5) Nomeação de dois cidadãos para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, e seus substitutos;

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e cinco minutos, encontrando-se na sala vinte e dois dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD) e Pedro Henrique Lourenço Barata, Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel (PS) compareceram no decurso da sessão, durante o período de antes da ordem do dia, e passaram de imediato a participar nos trabalhos.

A senhora Maria Fernanda Caetano Leal Correia encontrava-se a substituir o senhor presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD) e Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), António Bernardino Aires Ferrão (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Hernâni Manuel Santos Leitão (PSD) e Ana Rita Jesus Martins Rodrigues (PSD), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, o Vice-Presidente da Câmara, senhor Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD) e Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 6/2018, respeitante à sessão ordinária do mês de novembro, realizada no dia 30 de novembro de 2018, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos terem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Posta à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetida a ata em apreço a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 17 votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que elas respeitavam, observando o n.º

3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

Ademar Marques (PSD):

Disse que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata recebeu uma carta de um funcionário da Câmara, supondo que foi dirigida, também, ao senhor Presidente da Assembleia, em que, no fundo, o senhor João Carlos Lemos Barata, dava conta, à Câmara Municipal em primeira linha, mas informava, também, o senhor Presidente da Assembleia e os líderes de bancada de alguma insatisfação por não ter sido, no fundo, incluído no Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, tendo ele tido contratos sucessivos com a Autarquia, ao longo dos últimos vinte e três anos, segundo dizia e que juntou um documento, recente, em que dava conta, exatamente, daquilo. Disse que queria perceber se da parte do senhor Presidente da Câmara poderia dar algum esclarecimento sobre o assunto.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que aquele assunto foi, na sua opinião, suficientemente esclarecido em sede de reunião de Câmara. Referiu que foram colocadas várias questões sobre a aplicação da lei dos precários e, no fundamental, algumas dúvidas que o executivo tinha, foram baseadas naquele trabalhador e em outro, numa situação idêntica, e uma outra situação, que nunca teve objetividade e por isso nunca foi possível responder.

Relativamente àquela situação, tal como leram, não era apresentado qualquer argumento contra as decisões, colocava uma questão e referia que era trabalhador da Câmara há vinte e três anos, portanto, nos mandatos anteriores tiveram vinte e dois anos para resolver o problema, de outras formas. Em relação à aplicação da lei dos precários, ele entrou como contratado pelo Mercado Municipal, que não tinha razões objetivas para admitir mais trabalhadores. Disse, ainda, que o trabalhador estava a exercer funções no Parque de Campismo, local esse que abriu concurso, mas como existiam trabalhadores, precários, que entraram para trabalhar no Parque de Campismo, tinham, obviamente, prioridade sobre aquela situação. Referiu que se tratava de uma questão jurídica e quem pretendesse analisar devia fundamentá-lo, apresentar as suas razões, mas se até ao momento ninguém apresentou, objetivamente, razões que provassem que os serviços tivessem errado, iriam esperar por outra oportunidade.

Ademar Marques (PSD):

Disse que não sabia muito bem o enquadramento da lei dos precários, não tendo acompanhado aquele processo, mas o que sabia, da sua experiência como jurista e como advogado, era que, normalmente, aqueles casos de vínculos contínuos à Administração Pública, quando iam para tribunal, acabava por ser dada razão aos trabalhadores, porque o facto de ter um vínculo continuado ao longo de tanto tempo mostrava que havia uma relação jurídica precisamente continuada. Referiu que, e descendo naquela, voltava a dizer, algo leigo, porque não sabia, exatamente, como era o enquadramento legal, não deixava de fazer alguma confusão que um trabalhador com vinte e três anos de vínculo,

não seja contemplado, e tem-se assistido nas notícias, e, ainda, no outro dia se falava da RTP sobre casos semelhantes, que vêm com alguma estupefação, como é que havia um programa específico para regularizar os vínculos daquelas pessoas que tinham vínculos continuavam ao longo de tanto tempo, se poderia permitir que, depois, situações daquelas aconteçam, fazia-lhe alguma confusão, agora, a sua pergunta era se, da parte do Município, tinha havido alguma tentativa de perceber se haveria forma de o enquadrar nos quadros, uma vez que, daquilo que o senhor relatava, tinha, de facto, para além daquele vínculo, continuava a ter uma situação familiar e pessoal que poderia não facilitar um regresso ao mercado de trabalho.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Esclareceu que aquele trabalhador teve vários vínculos, ao longo dos anos, como já referiu, com o Município, e recebeu, várias vezes, a indemnização compensatória, que, também, teria que ser verificado e que ainda não tinha sido falado.

Disse que não era fácil explicar a lógica de uma situação que parecia injusta, mas qual seria o interesse dos serviços e o seu, em particular, uma vez que entraram cerca de setenta e dois trabalhadores, ficando três fora daquela situação. Referiu que não pretendia falar publicamente, em relação às situações em concreto, era uma questão de cumprir a lei e a lei permitia que abrisse concurso para o Mercado Municipal, caso necessitasse de trabalhadores, mas não precisava. Disse, ainda, que se tratava de uma análise que os serviços tinham, porque ele entrou para o Mercado Municipal, mas nunca lá exerceu. Referiu que ele estava a exercer funções, há algum tempo, no Parque de Campismo e no Parque de Campismo estava aberto, mas ele não tinha qualquer hipótese, porque haviam trabalhadores que tinham entrado pelo Parque de Campismo, para prestar serviço na câmara, portanto, teria que ser analisado juridicamente para perceber os fundamentos. Deu conta que os serviços andaram meses a estudar mais de trezentos processos de trabalhadores individuais e tomaram-se as decisões cumprindo a lei. Informou que iriam abrir concursos e todos poderiam concorrer. Disse que esteve a falar como o senhor João Barata que fez algumas sugestões de funções que desempenhava, anteriormente, mas não eram precisas pessoas para aquelas funções, aliás, eram precisos serviços, pessoas para desempenhar funções, onde ele exerceu não precisavam. Disse que se o senhor Deputado, no final da reunião, pretendesse falar sobre o assunto, em particular, falava, mas em termos jurídicos, não tinha cabimento e já tinha sido explicado, aliás, foi explicado, foram prestados documentos sobre um conjunto de situações e achava que os senhores Vereadores ficaram esclarecidos.

Ademar Marques (PSD):

Disse que tendo recebido uma carta que, aliás, todos receberam, parecia-lhe que tinha, pelo menos, a obrigação de tentar perceber a situação e, portanto, foi exatamente isso colocou, os pormenores, se o senhor Presidente da Câmara entendesse que deveria remetê-los à Assembleia Municipal e aos seus membros, uma vez que a questão foi levantada, teria sempre a oportunidade de o fazer através dos serviços.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que o senhor Deputado Ademar Marques compreenderia bem aquele assunto se conhecesse a forma como aqueles procedimentos se fizeram. Referiu que, na sua opinião, era facilmente compreensível, para uma pessoa como o senhor Deputado.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

Inês Lourenço (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, os seguintes votos:

“O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresenta um voto de louvor à Freguesia de Ferrel pela concessão da marca Ferrel Capital da Luta contra o Nuclear, por parte do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, distinguindo-se, assim, no panorama nacional como uma referência na história do nuclear. Desta forma, o património histórico constitui-se como um valioso contributo em termos de criação de valor enquanto potenciador do desenvolvimento local.”

“O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresenta um voto de congratulação pelo elevado desempenho dos atletas, treinadores, dirigentes das secções de Basquete e Badminton do Clube Stella Maris de Peniche que na presente época obtiveram os seguintes resultados de destaque. Secção de Basquete, Campeões Distritais em Sub-14 masculinos e femininos, Campeões Distritais em Sub-16 masculinos, Vice-Campeões Regionais, Distritos de Leiria, Santarém e Castelo Branco, em Sub-16 e Sub-14 masculinos e, ainda, Secção de Badminton, Campeonato Nacional de equipas mistas não sénior, Campeonato Nacional Sub-17 por equipas e Vice-Campeões em Sub-19.”

António Moniz (GCEPP):

Apresentou, verbalmente, os seguintes votos:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche congratula-se com a recente formalização do núcleo empresarial do concelho de Peniche, Move Peniche, em três de janeiro de 2019. Desde há alguns anos, o nosso concelho deixou de ter uma organização empresarial que represente os vários setores e empresas que atuam no nosso concelho, e vêm assim colmatar essa ausência e certamente irá contribuir para uma melhor negociação das decisões que importam ao desenvolvimento económico local. O Move Peniche poderá assim, com os restantes parceiros sociais, ser um valioso elemento que capacite e qualifique os recursos disponíveis em Peniche, e motive o investimento e a inovação no tecido empresarial do nosso Município.»

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresenta um voto de pesar pelo falecimento de João Manuel Copa viola e, perante o infeliz acontecimento, prestamos a nossa sentida homenagem pela sua dedicação e pelo contributo para promover o desporto em Peniche. Apresentamos as mais sentidas condolências à família enlutada.»

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche apresenta, também, um voto de pesar pelo falecimento de Veríssimo João Soares Pereira, um homem que sempre demonstrou grande dedicação à ilha da Berlenga ao longo de vinte e sete anos que esteve ao serviço do Município de Peniche. Apresentamos as mais sentidas condolências à família enlutada.»

Ademar Marques (PSD):

Disse que, em relação àqueles votos, se associavam à generalidade dos votos, mas, de forma muito especial, aos votos de pesar. Referiu que, no caso do senhor João viola, a partida, de uma forma tão inesperada, de uma pessoa que dedicava grande parte do seu tempo a uma instituição que era tão acarinhada por Peniche, o Grupo Desportivo de Peniche, deixou a cidade e o concelho em choque. Disse que ele não era, apenas, conhecido na cidade, era conhecido, também, no resto do concelho e foi de facto uma surpresa muito triste, pelo que sugeriu que, além de enviar à família, se enviasse, também, ao Grupo Desportivo de Peniche, as condolências pela partida no seu

Presidente. Em relação ao senhor Veríssimo, todos os que gostavam da Berlenga, tinham no senhor Veríssimo uma figura emblemática daquela ilha e, portanto, era quase impossível dissociar a Berlenga da figura do senhor Veríssimo como o administrador da ilha, portanto, era, também, com grande pena que o viram partir e, também, se associavam e se juntavam ao envio de condolências à família.

José Amador (CDU):

Disse que, também, a bancada da Coligação Democrática Unitária, se associava a todos os votos, tanto aos de congratulação como aos de pesar.

Henrique Estrelinha (PS):

Associou-se a todos os votos referidos e apresentou, verbalmente, os seguintes votos:

«Um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido pelos vários grupos corais na época festiva do Natal, Coro de Geraldês, Rancho Folclórico de Geraldês, Coral Stella Maris, Academia Stella Maris e, também, a estreia do Coro de São Bernardino, no final do ano passado. Foram vários concertos e cantares próprios da época festiva e que revelam empenho destes grupos em contribuir para um bom desenvolvimento cultural do nosso concelho.»

«Um voto de louvor pela homenagem realizada ao senhor professor Mariano Calado pela Associação Patrimonium da qual é o sócio número. A Associação Patrimonium tem desenvolvido um trabalho intenso na divulgação e proteção do património e Cultura do nosso concelho.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Deu uma nota de agradecimento pelo reconhecimento do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche à Freguesia de Ferrel.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

Mariana Rocha (CDU):

Disse que:

Gostaria de questionar o senhor Presidente da Câmara sobre as obras no IP6.

A trinta de novembro, na Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei perguntou acerca do desenvolvimento das obras no IP6, e o senhor Presidente da Câmara disse-lhe que tinha informação que a obra iria iniciar durante o mês de janeiro.

Durante o mês de janeiro se apercebeu de alguma movimentação naquela estrada, nomeadamente, uma grua, depositaram alguns equipamentos que lhe pareceu ser para o arranque das obras, mas, entretanto, deixou de ver os equipamentos na estrada e movimentação. Disse, ainda, que passou por lá, durante a semana, algumas vezes, e verificou que não lhe parecia ver andamento na obra. Disse que não sabia se estava a ser feita, se parou por algum motivo, mas que à Coligação democrática Unitária lhes preocupava o estado em que aquela estrada estava, cada vez mais degradada, a faixa por onde passava o trânsito e a falta de sinalização, muita sinalética partida, sinalética, às vezes, no meio da faixa de rodagem. Verificou que não havia cuidado dos próprios condutores, que passavam junto da mesma, partindo-a, e, também se verificava abandono, por parte de quem estava responsável por aquela estrada. Uma vez que a estrada estava numa situação de degradação, deveria haver mais atenção na sinalética, porque poderia provocar alguns acidentes.

Gostaria de saber se a obra parou, se havia previsão para avançar, se existe algum estudo, mais recente, que exija outra necessidade, porque preocupa-os a vinda do verão e os turistas que nos visitem, que se verifica, cada vez mais, em maior número, o trânsito ser cortado, pois não gostaria de voltar a ver as filas de trânsito, no verão, que poderá levar a que os turistas abandonem, um pouco, o concelho de Peniche.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que aquela obra não era da Câmara, e estava em território da Câmara Municipal de Óbidos, tal como referiu na última Assembleia Municipal. Referiu que a obra foi consignada à empresa, no local, tendo estado presente o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas. Disse, ainda, que se soubesse que aquela questão iria ser colocada, novamente, teria enviado um email às Infraestruturas Portugal para que façam o ponto de situação, mas depois da consignação existe uma outra fase, que estava previsto no contrato, estando a decorrer o prazo, mas a obra não parou, simplesmente porque não começou. Deu conta que a empresa esteve a elaborar alguns estudos, no mês passado, era uma questão de esperar, porque a obra iria, com certeza, iniciar a não ser que surjissem dados novos que ninguém conhecesse e, que tenha conhecimento, não existe nenhum problema, porque se houvesse, estava convencido que teriam comunicado à Câmara Municipal de Óbidos. Comprometeu-se que, na próxima semana, iria colocar a questão às Infraestruturas de Portugal, e logo que obtenha resposta partilharia com a senhora Deputada a informação.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Relativamente ao trabalho desenvolvido pela Associação Patrimonium, que falou no voto de louvor, anteriormente, tem realizado imensas atividades de divulgação e de proteção do património e da cultura do concelho de Peniche, tendo a atual direção realizado cerca de oitenta atividades, abrangeu mais de dez mil pessoas e, portanto, era, talvez, a associação que mais desenvolveu trabalho, no âmbito deste território. Perguntou quando seria encontrada uma sede, digna, para aquela associação, visto que apenas têm acesso, de momento, a uma sala de reuniões, comum a várias associações.

No início do ano, foi colocada uma notícia no site do Município em que afirmava que a revista Agricultura e Mar anunciou a obra do Porto de Pesca, especificamente, o prolongamento do esporão perpendicular existente no Porto de Pesca. Perguntou, desde quando uma revista online, criada por amigos jornalistas que gostam de mar e agricultura, anunciam uma obra pública. Referiu que o que devia lá estar era que a obra da Docapesca e que o concurso foi lançado em Diário da República, e para quem contratou uma pessoa, apenas, para a área da comunicação, era uma falha grave.

Outro assunto que, também, pretendia falar, tinha que ver com o que se passou na altura do Natal e ano Novo, em que foi montada uma estrutura de diversões, no Parque Central da cidade, em frente à muralha, e para ajudar, um cabo elétrico na grua de um reboque de um camião, para a ligação à rede, do outro lado da estrada. Referiu que foi uma imagem degradante, na sua opinião, para além da perda de estacionamento naquele parque. Disse, ainda, que para piorar a imagem, foi autorizada a instalação de venda ambulante de farturas, em frente à rotunda dos Bombeiros, com uma lona a fazer publicidade, uma esplanada, uns armários e uma botija, e mais, um cabo que passava para o outro lado da estrada, para o lado do Porto de Pesca, onde se encontrava uma

caravana que, possivelmente, servia para dormir os proprietários daquele espaço de venda de faturas. Disse que aquela não seria a imagem que pretendiam passar a quem nos visitava e da parte do Partido Socialista acharam aquela imagem triste, que não deveria repetir-se. Referiu que poderia ter sido um erro, aconteceu uma vez, mas esperavam que não voltasse a acontecer.

Gostaria de falar de um assunto que estava relacionado com a segurança, e que era incontornável não falarem daquilo naquela Assembleia, porque era mais do que a questão de falta de segurança o que estava em causa, sendo uma questão social. Referiu que em setembro de dois mil e dezoito, naquela Assembleia, o Partido Socialista apresentou uma moção sobre a insegurança no Baleal e na cidade de Peniche e a moção foi aprovada, por unanimidade, pela Assembleia, o que significava que todos concordavam que alguma coisa não estava bem, portanto, aquela situação não era novidade para ninguém, mas como referiu anteriormente, não deveriam ser hipócritas, ao ponto de considerar que a solução estava, apenas, no aumento de efetivos da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, apesar do Partido Socialista junto da Secretária de Estado da Administração Interna, terem exigido aquele reforço. Referiu que era preciso haver outras medidas para resolver aquela situação, portanto, como disse, anteriormente, era uma questão social que não podem desvalorizar e ali poderia estar a fonte do problema da insegurança em Peniche e importava ter uma resposta adequada, e como não eram um partido de protesto, nunca o foi, propunham ao senhor Presidente da Câmara que o município aderisse ao contrato local de segurança. Disse, ainda, que era uma proposta concreta, tem tido bons resultados em muitos municípios do nosso país, como por exemplo, Torres Vedras, e aquele contrato local de segurança envolvia a ligação entre forças de segurança, Ministério, Autarquia e obviamente, a população de todo o concelho de Peniche. Referiu que para aderir bastava fazer um contacto com o Ministério da Administração Interna e depois trabalhar em prol do projeto, sendo o financiamento da responsabilidade do Ministério da Administração Interna, logo, não teriam nada a perder em aderir àquele projeto.

Ainda sobre a questão da segurança, na sessão de abril do ano passado, o Partido Socialista perguntou como estava a situação do posto da Guarda Nacional Republicana, e o senhor Presidente, na altura, respondeu que o processo estava em preparação. Disse que na informação que prestou à Assembleia, no ponto seguinte, que o processo de loteamento estava finalizado, e sabiam, através da reunião que tiveram com senhora Secretária de Estado da Administração Interna, que o programa funcional estava pronto e o Ministério só poderia fazer o projeto de execução quando recebesse o protocolo de cedência do terreno. Perguntou quando é que iria fazer o protocolo de cedência de terreno, visto que passaram dois anos, desde que aquele processo se iniciou, considerando, ele próprio, dois anos muito tempo. Referiu que, de facto, existia qualquer coisa que não funcionava muito bem no Município, para estarem dois anos à espera daqueles processos. Disse que imaginava, por exemplo, um investidor que quisesse investir em Peniche, o tempo que estaria à espera para ver o seu projeto aprovado. Deu exemplo de uma localidade, no Distrito de Aveiro, que tinha a necessidade de ter um quartel da Guarda Nacional Republicana, e que nunca pensaram ter aquele quartel, o facto é que, desde que começou a atual legislatura, eles tinham o programa funcional pronto, foi feito o projeto de execução, foi lançado o concurso, o quartel estava construído e já foi inaugurado, ou seja, três anos, referindo que se tratou de uma questão de prioridades daquela localidade.

Peniche, em trezentos e oito Municípios, aparecia na posição duzentos e quarenta. Referiu que não era uma posição que lhes agradava, obviamente, e importava, de facto, melhorar aquela posição, que resultava de várias dimensões, nomeadamente a dimensão de relação com a população. Referiu que o Município da Lourinhã desenvolveu uma plataforma, que está online, que se chama “Governança Transparente”, e que era descrito como, citou: “*Pretende ser um espaço de partilha entre a Autarquia e os cidadãos, tendo como principal objetivo potenciar a transparência de execução da atividade municipal nas suas diferentes vertentes*” e, para o Partido Socialista, parece-lhes ser um desafio interessante, porque consideram que seria uma oportunidade para o Município de Peniche, desenvolver aquele projeto, de forma semelhante, onde poderiam verificar toda a atividade do Município e, também, verificar se os compromissos eleitorais estariam a ser cumpridos.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Registava e concordava com o trabalho que tem sido desenvolvido pela Associação Patrimonium, foram feitas, durante o mandato, inúmeras reuniões e apoios a iniciativas. Deu conta que, na segunda-feira, foi presente a reunião de Câmara, um protocolo, que foi aprovado, com a Associação Patrimonium. Relativamente a uma sede, digna, seria a Associação Patrimonium e outras. Disse que lhe foi colocada a questão, estava à procura de encontrar soluções, para várias instituições, mas, em relação à Associação Patrimonium, estava mal alojada num edifício que a Câmara pagava a renda, tal como outras entidades, mas existem outras entidades, também, de relevo e que trabalham para o concelho, que não têm nenhuma instalação do Município, portanto, estão a trabalhar, não se comprometia a resolver os problemas das instalações, para todas associações que estão mal instaladas, mas existem algumas instalações, que estavam a ser estudadas, outras, provavelmente, poderiam ser reabilitadas e, quando tiver um balanço feito e as instalações em condições, abordaria a questão, naturalmente, com o executivo municipal, para que os sete se pronunciem, e com as instituições, para saber se concordariam com a situação. Disse, ainda, que se falarem de programas, no seu programa estava previsto a reabilitação de um edifício como hipótese. Referiu que durante este mandato teriam que discutir muitas coisas e ouvir muitas sensibilidades.

Relativamente à comunicação, a questão de ter só uma pessoa para a fazer, todos tiveram, é competente, ajudava em outras situações e tem uma grande experiência. Referiu que de acordo com o que foi dito, não viu, mas se foi daquela forma, era um lapso da sua parte, mas estava muito à vontade, porque tinha relações excecionais com o Conselho de Administração da Docapesca, falava regularmente com a senhora Dr.^a Teresa Coelho e com o senhor Dr. Sérgio Faia, e como deve compreender, não foi propositadamente. Disse que recebeu a informação assim que o assunto ficou resolvido, falaram durante o ano passado, muitas vezes, sobre aquela possibilidade, foi concretizada, deu os parabéns à Docapesca e Peniche, fazendo votos para que o quebra-mar resultasse. Referiu que iria ter o cuidado de referir aquela situação ao Conselho de Administração.

Em relação à pista de carros de choque, como era sabido, foi uma aceitação de umas condições que, provavelmente, não deveria ter ocorrido, mas por vezes existem precipitações, mas o certo foi que a pista foi montada, no local, sem acompanhamento e quando foram verificar não quiseram tomar uma posição mais drástica, referindo que ali não poderia ser. Disse, ainda, que tinha razão, tal como o senhor Vereador que colocou a

questão, na Câmara Municipal, tinha inteira razão, mas não irá voltar a axontecer. Relativamente às faturas, infelizmente já houveram muitas situações daquelas, portanto, estava a habituar-se a corrigir alguns erros que vão tomando, a todos os níveis. Referiu que não iria voltar a acontecer, mesmo que debaixo de pressão, mas depois não o pressionem com o contrário, que são injustos e que não autorizam aquilo que outros autorizavam.

Foi o senhor Ministro de Administração Interna, a senhora Secretária de Estado Adjunta e da Segurança, o senhor Secretário de Estado das Autarquias e o senhor Secretário de Estado da Proteção Civil estiveram, esta tarde, em Caldas da Rainha, com os senhores Presidentes de Câmara da Região Oeste, e, por acaso, esteve presente, fez duas ou três pequenas intervenções e disse que iria referir algumas das coisas que foram lá ditas. Referiu que cada um lidava com as questões de segurança como entendia, ele próprio funcionava à sua maneira e não gostava de falar sobre questões de segurança, não gostava da CMtv, nem do sensacionalismo, gostava de trabalhar, dentro daquilo que lhe competia, para que a população do concelho tenha segurança. Disse, ainda, que não era desvalorizar, mas não pretendia fazer um drama onde ele não existe, e os índices de segurança, no país, estão a baixar, e fazia-se um drama, mas o problema eram as redes sociais, e por qualquer coisa as pessoas gostam de publicar. Disse que era verdade o que o senhor Deputado referiu sobre os recursos, Recursos Humanos para a Polícia de Segurança Pública, Recursos Humanos para a Guarda Nacional Republicana, carros e outros meios, nomeadamente, de instalações, recurso para a Berlenga, que nos últimos anos não tem tido ninguém, em termos de pautar pela segurança e pela vigilância das pessoas e do policiamento, e que competia a outra autoridade, mas que estava a ser tratado, e outras questões de segurança. Disse, ainda, que era legítimo que todos fizessem pressão para que existam mais meios neste concelho, que é de todos, naquela área e noutras. Referiu que viu o documento do Partido Socialista, e perguntou se era daquela forma que iriam ter mais recursos, porque todos os senhores Presidentes de Câmara, naquela tarde, os doze, pediram mais recursos, mas como sabiam, o Governo não tinha condições para suportar aquilo que todos os concelhos requerem. Disse que havia um argumento muito forte que Peniche poderia beneficiar, que tinha que ver com a população, que era multiplicado quatro, cinco ou seis vezes, em dois meses ou dois meses e meio, e poderiam, também, argumentar e pedir outras coisas, que era, tradicionalmente há uns anos atrás, o policiamento de vigilância das praias era feito por fuzileiros, por exemplo. Deu conta que estiveram a conversar, foi uma reunião, na sua opinião, muito importante e produtiva, falaram no quartel da Guarda Nacional Republicana, mas não se poderia comparar com coisas que eram incomparáveis, primeiro, os serviços poderiam fornecer todos os dados do processo do loteamento, que não estava sequer iniciado, um processo de construção do quartel sem loteamento era uma coisa, com loteamento complicou meses, aliás, como outros processos, porque não tinha que levar três anos, mas no que dependesse dele, resolveria rapidamente. Disse que o responsável pelo projeto era a Secretaria de Estado da Segurança, da Administração Interna, que fará o projeto, o Município irá dar-lhes todos os elementos que precisarem, faremos todos os contratos interadministrativos que sejam necessários e avançariam. Referiu que queria um quartel da Guarda Nacional Republicana construído o mais rápido possível, mas não poderiam ultrapassar aquelas que eram as dificuldades, naquele serviço, nomeadamente, na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, que não têm, ainda, capacidade para dar

respostas como era desejável. Em relação ao financiamento, disse que havia assegurado por vários quarteis da Região Oeste.

Relativamente ao registo de índices de transparência, existia um condicionante, aqueles índices tinham a ver com outro tipo de análises, que não valia a pena aprofundar, porque, às vezes, bastava contratar uma empresa e as coisas alteram, substancialmente, que se teria que pagar. Referiu que não tinha dúvida que o Município de Peniche iria subir na posição que tem, porque a intenção era abrir a informação o máximo possível, de toda a gente, por vezes parece que são acusados de filtrar informação, e se isso existir, não era o propósito, e achava que nunca ninguém forneceu tanta informação, como ele, às vezes, tinham dificuldades que tinha que ver com o tempo, os serviços não têm capacidade de resposta para dar resposta às informações solicitadas, e outras vezes poderia ser por lapso da sua parte, mas intencionalmente não.

Em relação ao exemplo Lourinhã, conhecia, a única autarca presente no lançamento daquela plataforma foi a senhora Vereadora Ana Rita Petinga. Referiu que tinham atenção ao que os outros faziam, e que faziam bem, não tinha qualquer problema em copiar, se quiser entender assim, e na última sessão da Assembleia Municipal fez alguns registos, nomeadamente, em relação à Câmara de Torres Vedras, que apenas conhecia por fora, mas quando foi lá dentro ficou ainda mais triste, mas obviamente não era ele o culpado, porque defendia a construção dos Paços do Concelho, se vai haver dinheiro para isso ou não, não sabia, mas esperava que, pelo menos, quando se fosse embora, houvesse um projeto e as coisas sejam discutidas, se no entretanto houver uma oportunidade, deveriam ir atrás de todas as oportunidades que apareçam.

José António Amador (CDU):

Disse que há dias circulou, em Peniche, um comunicado que dizia: "*Gastou quase quatrocentos e sessenta mil euros em contratação de pessoal para o Município, através de empresas de trabalho temporário*", e caso o Município tivesse contratado aqueles trabalhadores, através de um concurso público, o custo ficaria em cerca de metade, ou seja, duzentos e trinta mil euros, além disso, o processo seria mais transparente. Referiu que gostaria de um esclarecimento.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Primeiro, herdou uma situação de contratação através de empresas de trabalho temporário, segundo, a Câmara Municipal, com a aprovação de todos, contratou, através da Lei de Regularização de Precários, setenta e uma ou setenta e duas pessoas, que deixaram de ser trabalhadores precários e temporários, porque uma grande parte dos trabalhadores precários, que estavam contratados pela Câmara, eram dos serviços de higiene e limpeza, existem Assistente Operacionais, Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos, ou seja, sessenta Assistentes Operacionais, nove Assistentes Técnicos e sete Técnicos Superiores.

Tinha, também, o comunicado do Partido Socialista, que referia uma situação, que parecia que não queriam fazer os concursos. Disse que todos os lugares que estivessem aprovados no mapa de pessoal e que a Câmara precise deles, iria ser aberto concurso para todos, só não seria aberto concursos para as pessoas que apenas seriam necessárias por cinco ou seis meses, naturalmente, aquelas poderiam ser contratadas por tempo determinado. Referiu que um dos problemas tinha a ver com o défice de técnicos

e, inclusive, de acompanhamento administrativo no setor de concursos, em que a responsável técnica era a mesma que fazia o SIADAP, que era o fazer de conta, porque o Governo inventou, parecia muito justo, mas era uma das leis injustas, que dava muito trabalho, aliás, para além de dar muito trabalho àquela técnica, ocupava muitos tempos aos técnicos que deveriam estar a fazer outras coisas. Disse, ainda, que aquela trabalhadora esteve de licença de maternidade e agora que estava a trabalhar estava subcarregadíssima, com o SIADAP, concursos de Chefes de Divisão e muito mais. Deu conta que, caso ela pudesse lançar concursos, estaria a fazê-lo para cinco motoristas de pesados, que iriam abrir, trabalhadores dos serviços de higiene e limpeza que ainda estão em falta, auxiliares para entrarem, pelo menos, em setembro, e não tinha condições.

Provavelmente iria entrar, em breve, um CEI, para ajudar. Referiu que mesmo com os Assistentes Técnicos existentes, que eram imprescindíveis, iriam abrir concurso, referindo que aquilo que foi no passado, era agora, uma vez que sempre foi contra o aproveitamento de contratos de trabalhos por tempo determinado quando são trabalhos efetivos. Questionou se, de facto, os concursos seriam mais transparentes do que a contratação direta. Disse que a contratação direta não entrava no quadro, e quem era contratado por trabalho temporário poderia ser avaliado através do curriculum e entrevista, mas não entrava no quadro de pessoal, teriam que ir a concurso. Referiu que o júri dos concursos de Chefes de Divisão eram todos técnicos externos. Referiu que se lhe perguntassem se desejava influenciar, disse que gostaria de ter pessoas capazes, sérias, competentes e que lhe dessem segurança.

José António Amador (CDU):

Disse que não tinha ficado esclarecido, relativamente aos quatrocentos e sessenta mil euros e os duzentos e trinta mil euros, se na verdade se gastava metade do dinheiro, caso se fizesse os concursos.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que, provavelmente, era metade. Questionou de que forma uma empresa faturava quando alugava mão-de-obra a uma entidade, como era o caso. Disse que pagava o salário íliquido e os custos, mais vinte e três por cento e o lucro. Referiu que, apenas um louco preferia fazer contratação pessoas daquela forma, ou então estava impedido. Disse que quando tomou posse, se tivesse tido a possibilidade de abrir concursos, tinha-o feito para todos, mas existem procedimentos, mais uma série de meses, porque a Câmara Municipal não era uma empresa, todos sabiam que os procedimentos públicos eram muito exigentes.

Referiu que o que poderia ser feito como alternativa, em alguns casos poderia contratar empresas para fazer o mesmo serviço, noutros casos, deixaria de fazer o trabalho.

Sofia Barradas (PSD):

Disse que:

Pretendia fazer uma nota à menção que foi feita, sobre a Câmara de Torres Vedras e, esclarecer que, o que foi no passado, também o era agora, e não tinha problema nenhum em elogiar o trabalho de uma Câmara Municipal que não seja da cor do seu partido, até pelo contrário, ficou muito satisfeita, porque achava que a boa governação vinha de terem bons governantes e bons opositores, referindo que não acreditava na boa governação,

sem ambos, e o mesmo se notava na Assembleia Municipal de Peniche, quanto mais qualificadas forem as bancadas, seguramente melhor seria o trabalho que desenvolveriam na fiscalização da atividade da Câmara Municipal, e quem saíria beneficiado com aquilo seriam todos, enquanto munícipes e os restantes munícipes que não desempenham aquelas funções.

Relativamente aos Paços do Concelho de Torres Vedras, se o senhor Presidente da Câmara, há uns anos atrás, tivesse ido a Torres Vedras, não via aquele edifício, eles trabalharam durante muito tempo sem aquela modernidade do edifício, mas, já naqueles anos, em que tinham um edifício mais pequeno em situações degradadas, faziam um trabalho muito assente em planeamento e quando referiu ali o exemplo da Câmara de Torres Vedras foi um exemplo que abriu no momento na Internet, como referiu na altura, foi exatamente para dar exemplo do bom trabalho de planeamento, e não fazer uma comparação entre a Câmara de Peniche e a Câmara de Torres Vedras que, obviamente, não poderiam ser comparadas de forma linear, até porque serviam territórios muito diferentes em dimensão e características e, portanto, a própria economia de escala, da própria Câmara Municipal, também era diferente, mas em termos de planeamento, estavam muitos anos à frente de várias Câmaras do Oeste e, principalmente, da Câmara de Peniche, e não dizia com especial agrado, mas a sua nota, na passada Assembleia Municipal, foi naquele sentido e continuaria a ser feita, quando fosse aplicável.

Como sabiam, a Fortaleza de Peniche foi encerrada ao público, em novembro de dois mil e dezassete, em dois mil e dezoito, foram lançados os concursos para as obras que estavam a decorrer, entretanto, foi noticiado e, julgava que, até reiterado pelo Ministro que o museu poderia ser visitado, no dia vinte sete de abril deste ano, mas, julgava que, há pouco tempo, o Ministro da Cultura veio refazer aquele anúncio, em que referia que seria possível mostrar a obra, mesmo que a obra estivesse em progresso, portanto, prossupunha que o anúncio não fosse de abertura do museu, mas sim de abertura da obra ao público. Referiu que saiu hoje no Jornal de Negócios, uma reportagem sobre o programa Revive e para quem estivesse a ouvir e não estivesse dentro daquele assunto, o programa Revive foi um programa lançado pelo atual Governo, pelo senhor Primeiro-Ministro, António Costa, e que visava exatamente a reabilitação de edifícios que não estivessem a ser ocupados ou que estivessem degradados e pudessem ser reabilitados por via de investimento privado. Na altura, a Fortaleza de Peniche foi inscrita no programa Revive, para ser, posteriormente, retirada, até de uma forma bastante deselegante, o modo como foi tratado pelo Governo. Disse que queria fazer menção sobre os dados do Jornal de Negócios e eram eles: seis projetos já adjudicados, ou seja, já concessionados e que envolviam cinquenta e um milhões de euros de investimento privado, aqueles concessionários iriam garantir rendas anuais de cerca de duzentos e dezasseis mil euros ao Estado, o primeiro projeto iria abrir em maio deste ano e era em Elvas, era o Convento de São Paulo, estão nove projetos em curso e mais dezassete até ao final do ano, e apesar de ainda faltar lançar metade dos concursos do Revive, o Governo estava a preparar uma nova edição do programa para poder dar início, na próxima legislatura, se fosse o caso. Disse que ao ler aquilo, não encontrou descrição mais adequada para a expressão “mais uma oportunidade perdida”, e se era o já achava, anteriormente, depois de ler aquela reportagem, ainda lamentou mais aquela decisão, contudo, aquele acompanhamento da obra, o que iria pressionar aquele museu e como iria ser a gestão, não sabia se partilhada com a Câmara Municipal e a Direção Geral do Património Cultural, a todos aqueles assuntos, não têm sido acompanhados pela

Assembleia Municipal, portanto, já houveram várias intervenções de deputados, a fazerem algumas questões relativamente aquele assunto, mas até à data não foi apresentada ainda uma informação, em termos substantivos, relativamente àquela matéria.

Não tinham qualquer informação sobre como é que a obra tinha desenrolado. Perguntou o que é que tinha sido, efetivamente, executado até à data. Também não tinham informação sobre o nível de execução da obra, ou seja, dentro daquilo que estava previsto, estavam no final, estavam próximo, mais seis meses, portanto, o que é que estava previsto.

No final de abril de 2018, a comissão de instalação dos conteúdos e da apresentação museológica, que era presidida pela Direção Geral do Património Cultural, e achava que o senhor Presidente da Câmara fazia parte daquela comissão, entregou ao Ministro da Cultura o guião para os conteúdos do museu que, também leu na comunicação social, iria ter onze núcleos temáticos, mas não tinha conhecimento sobre o assunto e que gostaria de ter.

Não existia informação, ainda, sobre a possibilidade de uso, por parte da Câmara Municipal, de espaços da fortaleza, embora de acordo com uma notícia veiculada pela Lusa, em janeiro, o senhor Presidente tenha afirmado que tinha garantido, da parte do Ministério da Cultura, um espaço na Fortaleza e, portanto, o que lhe interessa saber era o que significava um espaço e qual era a garantia que efetivamente tinha, referindo que aquele assunto era muito sério para ser tratado apenas com aquelas frases que, na sua opinião, eram muito vagas. Perguntou o que era o espaço e qual foi a garantia dada, relativamente àquele espaço.

A sua posição, relativamente ao que poderia ser uma verdadeira requalificação da fortaleza, já foi exposta, e o que importava era levar abom cabo aquele projeto e conseguir da Direção Geral do Património Cultural as condições que entenderem como necessárias para Peniche.

Peniche não foi ouvido na decisão inicial da retirada do Revive, Peniche não se encontra representado de forma significativa sem querer descurar de forma alguma a participação do senhor Presidente, mas julgava que Peniche não estava representado na comissão de instalação a que se referiu, Peniche não sabia com o que poderia contar, relativamente a áreas na Fortaleza, questionando-se, afinal onde é que era Peniche tido e achado, ao longo daquele processo, onde é que ficavam, na Fortaleza, as memórias e as vivências. Solicitou esclarecimentos, porque não lhe parecia que fosse razoável, à data de hoje, desconhecerem tanto sobre um assunto que lhes dizia muito.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que enquanto Deputados Municipais tinham o direito de entrar onde quisessem e, por exemplo, em relação ao Centro Educativo de Atouguia da Baleia, que era uma obra que iria estar pronta durante este ano, já lá foi algumas vezes, uma das quais com o senhor Deputado Licínio Pereira, portanto, podem ir verificar, porque a sua missão era aquela.

Sofia Barradas (PSD):

Disse que concordava, mas também achava que era dever do senhor Presidente da Câmara, num assunto tão sério, ir colocando a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal a par do andamento daquele processo, até porque, no passado foram feitas

questões que acabaram por não ser devidamente esclarecidas pese, embora, com certeza, não foram por, naquela data, o senhor Presidente não ter informação, contudo, em fevereiro de dois mil e dezanove já teria alguma informação para dar.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Todos teriam que aceitar uma evidência, a Fortaleza foi usada, durante muitos anos para, pelo Concelho de Peniche, a gestão foi da responsabilidade da Câmara Municipal, mas a Fortaleza é gerida pelo Governo, é património do Estado.

Puderiam ter opiniões, sobre o que deveria ser instalado na Fortaleza de Peniche, e sempre assumiu que não o entusiasmava a instalação de uma pousada na fortaleza, preferia que Peniche tivesse um bom hotel no Porto da Areia Sul, através de um concurso internacional, mas uma estrutura que fosse diferenciadora.

Há uns dias partilhava com alguém, ligado à Fortaleza, se não seria possível, em todo o corredor, sobre a ponte pedonal, arranjar uma cobertura em vidro, como proteção, para que quando não estivesse bom tempo poder-se ir à Fortaleza, porque ir lá em determinados dias era prejudicial para a saúde de todos.

Em relação à comissão de acompanhamento do Museu Nacional, o que fez foi substituir o anterior Presidente na comissão. Referiu que na fase de transição do mandato, foram convidados, pelo senhor Ministro, para irem a Lisboa, tendo ido três elementos, A senhora Vereadora da Cultura, Ana Rita Petinga, o Dr. Rui Venâncio e ele próprio. Disse, ainda, que existiam algumas dúvidas em relação ao seu comportamento, relativamente ao que estava a ser desenvolvido, mas as coisas ficaram esclarecidas. Disse que aquilo poderiam continuar a ser utilizado, em termos políticos, as pessoas, os senhores Deputados e os senhores Vereadores poderiam ter opiniões diferentes, eram todos livres para isso, mas o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, é da responsabilidade do Governo, irá ter uma gestão do Governo, segundo lhe foi dito, tinha um mapa pessoal com cerca de vinte pessoas, que é uma grande responsabilidade financeira e estiveram expostos, naquela sala, durante algumas semanas, várias propostas para os conteúdos museológicos, que teve de ser pago, para assegurar o transporte, portanto, quem definia os conteúdos era a comissão.

Lamentava que não houvessem gravações, como há nas reuniões de Câmara, das reuniões, para que pudesse ficar com o registo daquilo que foi dito. Referiu que aquilo que foi dizendo, ia na mesma linha daquilo que o anterior Presidente defendia, apesar de terem pontos diferente em outras situações, mas o Dr. Rui Venâncio acompanhou o anterior Presidente e acompanha-o a ele. Deu conta que a comissão não tem funcionado, era uma comissão mais restrita, estava prevista outra comissão, mais para a frente, o projeto foi aprovado, está a ser executado, o gabinete que o aprovou, existem coisas que gostam mais, e outras que gostam menos, há coisas na proposta que, provavelmente, os chocava, relativamente à utilização de algumas cores, e algumas opções que o técnico teve.

Poderiam continuar a falar sobre o assunto, mas apenas poderia dar informação sobre o que tinha. Em relação à gestão do município, disse que poderia ter dificuldade em dar uma informação ou outra, mas mais tarde ou mais cedo seria dada, em relação ao Museu Nacional, só a poderia dar quando a tivesse, porque toda a informação que tem tido, tem partilhado com a Câmara Municipal. Referiu que tem sido pedida, com insistência, mais informação, que tem partilhado sempre que a tem. Deu conta que, até

ter sido substituído o senhor Ministro da Cultura, teve sempre a garantia absoluta que a sala do Governador iria ser alterada, substancialmente, mas existe um conjunto de salas, quando se entrava, do lado esquerdo, que estava combinada, até à data, que seria para a Câmara Municipal colocar uma parte dos conteúdos museológicos do Município. Referiu que, naturalmente, quando a senhora Ministra entrou não estava tão convicta das intenções, como estava o senhor Ministro, pelo que lhe pediu que fosse elaborada uma proposta sobre quais seriam os conteúdos museológicos que pretendiam colocar nas salas. Disse que a proposta estava a ser trabalhada pela equipa da Cultura, chefiada pelo Dr. Rui Venâncio, referindo que já tinha a primeira versão, irá lê-la e trabalhá-la, posteriormente, partilhar com a Câmara Municipal e, depois, entregá-la à senhora Ministra. Disse, ainda, que lhe foi dito que a partilha de espaço entre o Município e o Governo era uma situação inédita no Museu Nacional.

Relativamente ao Revive, não simpatizava com uma pousada na Fortaleza, porque, pessoalmente, não gostaria de dormir na pousada, dentro da Fortaleza, mesmo que as insalações pudessem ficar muito cómodas, preferia um bom hotel do que uma pousada naquele local. Referiu que tinha uma curiosidade e perguntou se os investimentos do Revive eram investimentos do setor privado e se eram fundos comunitários. Referiu que eram linhas de financiamento que normalmente se dizia que o setor privado investia, mas a realidade é que investia com oitenta e cinco por cento que era de todos e depois coloca os quinze por cento, quando isso acontecia. Disse, ainda, que era como alguns grandes empresários, as grandes fortunas do nosso país, que, de vez em quando, se via na televisão, afinal, eram fortunas com dinheiro dos contribuintes. Disse que não pretendia colocar em causa as Pousadas de Portugal, nem os investidores, mas certo era que, uma coisa era ter um o investidor, uma empresa, uma associação ou uma sociedade, que investia, outra coisa era o que era financiado por todos os contribuintes.

Sofia Barradas (PSD):

Disse que o que estava previsto no Revive, relativamente à Fortalezam não era necessariamente a pousada, a pousada foi um outro projeto que se chegou a falar e que esteve em cima da mesa, durante alguns anos, na sequência de um protocolo com a Enatur, mas não tinha que ver com o Projeto Revive. Referiu que aquele protocolo com a Enatur teve que ser quebrado, por causa do Revive, mas a ideia da pousada não tinha que ver com o Revive, o que aquele projeto proporcionaria seria a reabilitação de uma parte da área da Fortaleza, para o projeto que o privado tivesse interesse em realizar, que poderia ser uma unidade hoteleira ou não, que, pessoalmente, acharia interessante que fosse, porque bastava ir à Cidadela de Cascais, sempre vazia, ninguém quer lá dormir, de facto. Disse que Cascais não tinha comparação, mas estava a fazê-lo pelo tipo de monumento, e pela opinião que o senhor Presidente da Câmara expressou, relativamente a não lhe agradecer dormir num espaço daqueles.

Esclareceu que o Revive não era com fundos comunitários, existiam linhas de financiamento especializadas para os privados recorrerem, nada tinha que ver com os casos que o senhor Presidente da Câmara mencionou.

Referiu que o abordar a questão da Fortaleza, não era fazer exploração política daquele assunto, o levar ali a menção à reportagem do jornal de Negócios era a sua obrigação, porque era sua obrigação esclarecer as pessoas do que perderam em Peniche, porque não estava na Assembleia Municipal para fazer exploração política dos assuntos, estava para se debater profundamente pelas matérias em que acredita.

Maria João Avelar (PSD):

Disse que não iria fazer intervenção nenhuma sobre o tema, até porque foi, brilhantemente, apresentado pela senhora Deputada Sofia Barradas, nas duas intervenções que fez, tendo esclarecido aquilo que era para esclarecer, mas aquele era um tema que a deixava triste, que como sabiam lhe dizia bastante, como diz a todos os Penichenses.

Referiu que com as desculpas de que aquilo não é de Peniche, de que não tinham nada a ver com o assunto, de que não era oportuno, de que ficava para depois, de que os outros sabiam pensar por nós muito melhor, que depois logo se veria, que mais tarde teriam oportunidade, que agora deixavam passar, mas que depois vinha uma oportunidade muito boa, disse que estavam, realmente, a perder oportunidades para o Concelho de Peniche, e isso passava com a Fortaleza, que era um assunto muito importante para a Peniche, o património era, efetivamente, do Estado, mas era património que estava em Peniche.

Disse que gostaria, também, que o Governo assumisse a Fortaleza do Forte de São João Batista, da Ilha das Berlengas, que não o deixasse cair, porque andou, há uns anos, a esfregar paredes para não deixar cair aquele património, talvez, agora, fosse a vez do Governo o fazer.

Disse que tinham que defender o património, e se aquele património estava no Concelho de Peniche, caberia-lhes, em primeira linha, defendê-lo. Referiu que pretendia deixar um exemplo às gerações mais novas, para que não deixem cair os braços quando fosse para defender a sua terra, porque o que estavam a assistir, naquele assunto, era deixar cair os braços e desistir da sua terra, lamentando, imenso, que aquilo estivesse a acontecer.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, relativamente àquilo que era parte do Revive, e que sempre lamentou que não fosse parte da solução que o Governo, depois, apresentou, e que continuava a requerer a sua total preocupação, era o plano para conter a degradação das muralhas da Fortaleza, porque sabiam, o senhor Presidente da Câmara já o disse ali, aliás, já vinha do mandato anterior, que o projeto que existia era para os antigos edifício da prisão e não para o essencial do que era a estrutura seiscentista da muralha, e continuava a ser a sua principal preocupação, porque perderam o Revive e perderam o investimento privado e, ainda, que fosse com fundos comunitários, o Portugal 2020 foi desenhado precisamente para que os privados pudesse investir, e ainda bem, porque têm capacidade da parte da participação nacional para investir, pena era que depois limitassem tanto o acesso aos fundos com tanta burocracia, mas de qualquer forma ainda que fosse com o Portugal 2020 seria bom para Peniche e para Portugal.

Disse que a questão era que não foi com o Revive, perguntou como iria ser a recuperação da muralha. Referiu que sabia que para a muralha houve um projeto candidatado, mas para a Fortaleza não, portanto, gostaria de saber o que iria ser feito para conter a degradação da Fortaleza.

Tiago Gonçalves (PS):

Disse que não estava preparado para intervir, mas acabou por ser despertado pelo tema, que, na sua opinião, era importante. Primeiro, referiu que a Cidadela de

Cascais não tem a carga que tinha a Fortaleza de Peniche, apesar de serem imóvel com características muito idênticas, os seus usos, também determinam aquilo que seria o seu futuro, e naquele caso concreto, a Fortaleza de Peniche tendo a carga negativa de ter sido, num episódio da sua história, sede de uma prisão política, há um conjunto de memórias significativas, daqueles que lá se encontraram que ser totalmente respeitada, porque um povo que não tem respeito pela sua identidade, nem pela sua história, nem pelo seu passado, provavelmente seria um povo que não tem lições a tirar para o seu futuro.

Disse que respeitava as opiniões daqueles que não concordassem com ele, com o mesmo respeito que concordava com as opiniões daqueles que partilham das suas ideias, mas, também, era preciso desmistificar, um pouco, alguma falácia, e ele não poderia deixar passar em claro, o facto de se dizer ali e a ideia que se quer passar à população de Peniche, que o simples facto de existir um programa Revive era garantia de um investidor no minuto seguinte, o que não era verdade. Referiu que houve vários Projetos Revive que não tiveram investidor para agarrar a concessão, portanto, também era importante dizer às pessoas que aquela não era uma garantia de que haveria um investimento, e por outro lado, tinham um investimento de três vírgula cinco milhões de euros garantido para instalação do Museu Nacional, que, na sua opinião, deveriam estar satisfeitos, não totalmente satisfeitos, mas, pelo menos, tinham o início de um projeto que poderia alavancar outros projetos.

Disse que, seguramente, aquela era uma solução que poderia não ser do agrado da bancada do PSD, mas o que gostaria de saber era, qual foi a solução que o PSD teve, durante quatro anos, para aquele projeto.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Na sua opinião, o senhor Deputado Tiago Gonçalves colocou com alguma lucidez aquilo que estava em causa, independentemente de concordarem ou não, mas, há pouco, não ficou esclarecido aquilo que a senhora Deputada Sofia Barradas lhe colocou. Referiu que neste momento, estava a ser feito um investimento, de cerca de oitocentos mil euros, na cobertura dos dois pavilhões e no exterior, na caixilharia e nas paredes.

A candidatura, que eram cerca de três milhões e meio como referido pelo senhor Deputado Tiago Gonçalves, era a intervenção da fase seguinte, que aguardam, ainda não tinha data para começar a ser executado, porque o arquiteto, em relação ao programa, ainda não terminou a execução do projeto.

Há a consciência, e já tinha chamado a atenção ao senhor Ministro, mas, também, no contacto que teve com a senhora Ministra da Cultura, chamou a atenção, que era necessário em sede de Orçamento de Estado continuar a consagrar verbas para a Fortaleza. Referiu que, provavelmente, os três milhões e meio não seriam suficientes para todo o edificado e para a instalação do museu, possivelmente faltaria uma parte de financiamento, mas, como o senhor Deputado Ademar Marques referiu, a questão das muralhas, particularmente a muralha virada a sul. Disse, ainda, que iriam ter uma necessidade, óbvia, de que, a partir do momento que comecem a fazer o investimento e que assumam a Fortaleza como um Museu Nacional, têm de ir até ao fim.

A intenção do governo era a de abrir uma exposição no dia vinte e sete de abril, deste ano, e abrir a Fortaleza às pessoas, não tendo, ainda, a certeza de como poderá manter-se aberta para que a exposição seja visitada. Deu conta que assumiu, mais de uma

vez, que não acreditava, mas gostaria de ser surpreendido, que nem em abril de dois mil e vinte, o Museu estaria aberto, mas era a sua opinião.

Em relação ao que foi dito pelo senhor Deputado Ademar Marques, que já foi submetida uma candidatura para as muralhas, não foi submetida nenhuma candidatura para as muralhas, nem sequer foi aberta, existe a intensão, e no pacto dos Municípios do Oeste está prevista a candidatura, e sem garantias nenhuma de que possa ser aberto, ou seja, está comprometido, mas só depois do aviso abrir é que poderiam submeter as candidaturas, mas avançaram para a execução dos projetos necessários, e é isso que está na parte final, a Câmara Municipal aprovou. Disse, ainda, que estava otimista que iriam submeter, a verba considerada na candidatura não dará para todo o envolvimento financeiro que precisam para as muralhas, mas há uma parte que caberá ao Município de Peniche.

António Moniz (GCEPP):

Perguntou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, e no seguimento da intervenção do senhor Deputado Henrique Estrelinha sobre a transparência, qual era o ponto de situação, mais uma vez, do sítio da Internet da Assembleia Municipal, uma vez que o senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha referido, na última sessão ordinária, que o problema tinha que ver com a falta de disponibilidade dos informáticos para o fazer, e que este ano aquela lacuna seria resolvida. Questionou se havia mais alguma informação sobre o assunto, porque era uma das dimensões particularmente importantes na transparência, de modo que os Municípios saibam o que se ia passando, em termos de discussão e de documentação que ali era aprovada.

Perguntou ao senhor Presidente da Câmara sobre o uso balnear canino na Praia do Porto da Areia Norte, se sabia se era feito ou não uma monitorização daquele espaço, porque tem recebido diversas queixas, houve, também, um comunicado da Associação Arméria, no ano passado, chamando a atenção para aquele problema, mas, sobretudo, faltando alguns meses para a época balnear abrir, se iria ser feita ou se já foi feita uma avaliação daquela utilização.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que a resposta que obteve de técnica do Município, da área informática, foi que estava a ser elaborado um site que irá ser comum à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, como já era, mas mais rápida, mais moderna e com mais opções.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Durante a semana, reuniu com representantes da Associação Arméria, falaram, entre outras coisas, daquele assunto. Referiu que a única queixa que conhecia era a da Associação Arméria. Disse, ainda, que existiam defensores daquela praia para uso canino e pessoas contra. Referiu que, pessoalmente, nunca se manifestou muito, mas como Presidente da Associação de Proteção dos Animais de Peniche (APAP), como alguns se deveriam lembrar, não esteve presente.

Não sabia quando, mas em determinado momento a avaliação seria feita.

As questões colocadas pela Associação Arméria e por outras pessoas eram pertinentes, até porque, de momento, tinha uma candidatura do San Pedro de Alcantara para a requalificação daquele espaço, teria que ser pensado e avaliado, aliás, o desejável

era requalificar mais espaços para além do estava previsto na candidatura, e para além do San Pedro de Alcantara, requalificar toda a zona da Papôa, em concreto, do Porto da Areia Norte, mas, também, do Talude e do caminho junto ao depósito de água, mas estava em cima da mesa, mas existem duas coisas a ponderar, a decisão tal como foi tomada, naturalmente foi tomada pela Câmara Municipal, e para haver outra deliberação, teria que ser a mesma a decidir e equacionar se existe outra alterantiva ou não.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Relativamente ao assunto da derrama, que apesar de estar longe a aprovação daquela taxa, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se já tinha feito a avaliação, não querendo saber qual era Freguesia que tirava mais ou colocava mais, pretendia saber se, à imagem do que acontecia com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), estava disponível para dar uma percentagem da derrama às Juntas de Freguesia, não apenas de Ferrel, estava a falar de todas, porque aquilo que os empresários pagam, em termos de impostos, era o que a Lei obrigava, mas, “na hora do aperto”, a primeira porta onde batiam era à Junta de Freguesia, e no caso de Ferrel apoiam, também, muito. Questionou se já tinha alguma resposta.

Em relação à limpeza do Pinhal de Ferrel, gostaria de ter um ponto de situação, porque os privados tinham até ao dia quinze de março, para limpar os terrenos. Referiu que tinha conhecimento que o Engenheiro Florestal já estava a trabalhar, perguntou como se encontrava aquela questão.

Relativamente ao WaveRoller, um projeto desenvolvido pela empresa AW Energy, na Praia da Almagreira e das Azenhas, a energia das ondas. Referiu que era um projeto que recebeu um financiamento de dez milhões, por parte do Banco Europeu de Investimento, que já foi formado o consórcio, a vinte e dois de novembro de dois mil e dezoito, e uma vez que a Junta de Freguesia nunca foi ouvida sobre o assunto, perguntou em que medida era tida a Câmara Municipal naquele processo, em que medida é que era feito, porque, na sua opinião, caso a Câmara Municipal não tivesse que autorizar, deveria ser, pelo menos consultada, e o mais importante, saber quanto é que aquelas empresas pagavam à Câmara Municipal, caso pagassem, mas deveria acontecer aquilo que acontece, á imagem da Serra d’El-Rei, em que os Moinhos Eólicos dão alguma coisa à Junta de Freguesia, naquele caso, deveria acontecer o mesmo, crê, com a Junta de Freguesia de Ferrel. Referiu que como não tinha informação sobre o assunto, gostaria de saber se o senhor Presidente sabia e se tinha informação.

Em relação aos regulamentos, no Regulamento Municipal de Licenciamento de Atividades de Campismo Ocasional e Caravanismo, nos artigos 13.º, 14.º e 15.º, falava sobre a prática do caravanismo, do estacionamento e do aparcamento, e o artigo 20.º, falava sobre a fiscalização, em que dizia que a fiscalização era da área dos serviço do Município e das entidades policiais e administrativas. Referiu que, ainda no artigo 20.º, n.º 3, referia que as entidades policiais e administrativas comunicavam ao Município as ocorrências, os autos de notícia ou as contraordenações e, no âmbito do caravanismo, como todos sabiam, há muita gente a transgredir. Perguntou se os serviços do Município executaram algumas contraordenações e se receberam da parte das autoridades policiais, também, algumas contraordenações, naquele âmbito.

Relativamente ao Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos do Município, o capítulo 8.º, artigo 45.º, referia que, para os Resíduos Sólidos Urbanos, a fiscalização era feita pela Polícia de Segurança Pública, pela Guarda Nacional Republicana e pela Fiscalização Municipal. Perguntou se já tinham sido aplicadas algumas sanções ou contraordenações, por parte dos Fiscais Municipais, e se tinha conhecimento que a Guarda Nacional Republicana ou a Polícia de Segurança Pública tenha aplicado alguma, porque a Junta de Freguesia de Ferrel já colocou algumas placas com aquelas coimas, elas vão aparecendo deitadas, voltam a ser colocadas, mas não sabia se estavam a surtir efeito, e se já existia alguém com contraordenação, porque, na sua opinião, era um fator dissuasor daqueles que vão aparecendo pelo concelho.

Gostaria de dar os parabéns ao senhor Presidente da Câmara, pela recolha de lixo e pela comunicação que foi feita, pela Câmara Municipal, nos novos contentores que foram colocados na cidade, do ponto de vista do design e da informação que ali era colocada, estava bem feita, inclusive, do ponto de vista da cor. Disse, ainda, que os contentores referiam que eram para ajudar a manter a cidade limpa, e pretendia propor que se fizessem aquelas comunicações, em autocolante e que fosse distribuído pelas Freguesias, porque auxiliava muito o trabalho das Juntas de Freguesia na recolha dos resíduos volumosos, colchões, mobiliário, etc.

Em relação aos Protocolos de Delegação de Competências, referiu uma questão, que crê ser, ainda, do mandato passado, quando discutiam uma das vertentes dos protocolos, e foi a senhora Dr.ª Josselène que falou no assunto, e bem, por causa do fornecimento de combustível que era feito com depósitos. Disse que de momento já existia uma bomba de combustível, em Ferrel, que já está a funcionar e, portanto, era mais um motivo para poderem rever os protocolos, porque, também, era preciso, e já se podia fazer o abastecimento das viaturas das Juntas de Freguesia, em bombas de combustível, porque já todas as freguesias as têm.

Completando a informação da reunião que houve com a senhora Secretária de Estado da Administração Interna, tal como o senhor Deputado Henrique Estrelinha referiu, queria propor e, também, pedir que a Câmara o pudesse fazer, com alguma urgência, aderir ao programa Verão Seguro, da Guarda Nacional Republicana. Disse que se tratava de um programa que a Guarda Nacional Republicana tinha para o litoral do país, em que, nas zonas balneares e na época balnear, reforçava o efetivo em toda a zona dos bares do Baleal, à noite. Referiu que todos sabiam o que aconteceu, no ano passado, e que se tem propagado, e se tivesse uma equipa de intervenção, crê que reduzia muito os descatos e as cenas que se têm passado ali, que já chegou a ter tiroteios. Disse, ainda, que queria sugerir, porque achava que deveria, também, assumir uma posição, mesmo sabendo que não era um assunto da Junta de Freguesia, mas ficava a informação, que a Junta de Freguesia, era da opinião, que os bares no Baleal deveriam encerrar às quatro horas da manhã, como acontecia antigamente, porque não propícia certos comportamentos.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LUÍS PATRÍCIO:

Disse que era morador do Baleal Sol Village I, e estava ali em representação de outros moradores e empresários. Referiu que já vinham, há vários anos, a alertar, a

Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Ferrel, do estado degradado das ruas, da espécie de jardins junto à Voilá. Referiu que já tiveram várias reuniões com a Junta de Freguesia, tiveram várias reuniões com a Câmara Municipal e, entretanto, em agosto, marcaram uma reunião com a Câmara Municipal, e foram recebidos pela senhora Vice-Presidente, Ana Rita Petinga, e pelo senhor Vereador Mark Ministro, referindo que foram muito bem recebidos, e a Câmara Municipal percebeu que as ruas estavam completamente degradadas, o espaço junto à Voilá estava lastimoso, e perguntou porque razão os jardins do Baleal Sol Village estavam todos arranjados e o espaço, junto à antiga Voilá, nunca foi arranjado. Disse que ele e alguns moradores moravam perto daquele espaço, na Rua Bartolomeu Dias, e nunca ninguém lhes conseguiu explicar o porquê. Disse que a Junta de Freguesia, na pessoa do senhor Silvino, chegavam ao verão, telefonavam-lhe e ele ia dar uma limpeza aquele espaço, mas sempre disse que aquilo era da responsabilidade da Câmara Municipal. Disse, ainda, que na reunião que tiveram, em agosto do ano passado, voltaram a falar do espaço, porque a Voilá foi vendida e iria abrir um novo espaço, que está muito bonito, e esperavam que a zona adjacente, àquele empreendimento, fosse arranjada, mas não foi. Entretanto, durante a reunião, a senhora Vice-Presidente, disse-lhes que todo o aldeamento iria ser alcatroado, porque a zona em frente à antiga Voilá seria o empresário a pagar o alcatroamento, através de um acordo que fez com a Câmara Municipal. Disse que o alcatroamento na zona da antiga Voilá era diferente do resto, e se repararem, os lancis, na zona da Voilá, foram colocados e nos outros locais não foram e os estacionamento, também estão diferentes.

Disse que deram início ao alcatroamento nas ruas principais, na entrada do Sol Village I, nas diversas ruas junto às moradias, os estacionamento na parte principal que vai dar ao Parque de Campismo, e chegaram à Rua Bartolomeu Dias e pararam, ou seja, aquela rua e a frente junto ao espaço comercial do Baleal Sol Village, onde existem os restaurantes, o bar, a lavandaria, ficou por arranjar, ou seja, foi tudo alcatroado, as frentes estão todas muito bonitas, e eles, que reclamam sempre, que moram naquela rua ficou por alcatroar. Referiu que ficaram os jardins por arranjar e a Rua Bartolomeu Dias por alcatroar e não percebiam o trabalho que a Câmara fez. Perguntou se iria ficar daquela forma, uma vez que aquilo está escandaloso, as pessoas entram, está tudo muito bonito, as entradas principais, e quando se chega lá atrás, está tudo degradado, havendo, inclusive, pessoas que lhes perguntam se aquela zona pertence à mesma urbanização. Disse que estavam dececionados com o trabalho que a Câmara fez. Perguntou porque é que metade do aldeamento foi alcatroado e a outra não foi.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que, em primeiro lugar, neste mandato, até ao momento, não houve nenhum acordo com nenhum privado para alcatroar o que quer que fosse, ou pagar o que quer que fosse. Segundo, aquela obra não foi pedida por ninguém. Disse que infelizmente, a Câmara Municipal não tinha capacidade, fosse qual fosse a equipa, de, num ano ou dois, resolver todos os problemas de asfalto que existe, aliás, há trinta anos que aquela zona não levava asfaltamento. Disse, ainda, que a Junta de Freguesia Ferrel, em determinada altura pediu, numa lista, e já foi falado na Assembleia Municipal, que todas as Juntas de Freguesia apresentaram as suas listas e fizeram, dentro do que era possível, um conjunto de intervenções, referindo que aquela não era a prioridade. Disse que a primeira foi ir tapar um buraco por causa da festa, a segunda foi a Rua Francisco

Salvador, na Consolação e o Baleal Sol Village I foi a terceira, porque aquilo estava miserável e foi onde levou mais asfalto, em 2018.

Os lancis foram colocados, porque estavam enterrados e, da forma que estava, o trabalho não poderia ser feito, até porque a camada de asfalto que foi colocado não era comparável com o que levou nos outros arruamentos, porque ali levou mais. Referiu que, naquele local, houve a necessidade de colocar lancis, e o que os serviços, os técnicos e a brigada de alcatrão entenderam foi que nos outros locais não era necessário colocar lancil, aliás, desde há muito tempo, que quem decidia sobre os asfaltamentos eram os técnicos, foram colocadas um conjunto de propostas e avaliadas, tal como estavam a ser feitas para este ano, desconhecendo, ainda, o que irá ser feito na totalidade, aguardam um outro procedimento, porque pretendem asfaltar mais, com menos custos e de outro modo. Disse, ainda, que respeitava as opiniões, mas quem tomava a opção eram os serviços e os autarcas, e na altura, sendo ele o responsável pela Divisão de Obras Municipais e entenderam que deveria ser daquela forma, porque a Estrada dos Remédios ainda não foi asfaltada e, provavelmente teria mais prioridade, comparativamente pelas pessoas que ali passam quer com viaturas quer a pé, do que aquela. Referiu que qualquer um dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia tinha muitas necessidades, em muitas das aldeias e, também dentro da cidade, mas foi um critério. Referiu, como exemplo, a Marginal Sul que precisava de um asfalto novo, bem como caminhos e arruamentos dentro da cidade, mas têm que ser tomadas. Disse que havia o propósito de, em 2019, continuar a fazer os asfaltamentos, nos locais prioritários. Neste momento os técnicos estão a fazer a sua avaliação, farão uma proposta e passará, como era legítimo, de uma forma mais organizada do que em 2018, pela Câmara Municipal. Referiu que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia sabiam que a Câmara não era flexível a pressões, e por isso tem sido técnico.

Em relação aos jardins, foi ao local para ver, confirmou que estava em mau estado, desconhecia que a Rua Francisco Sá Carneiro, nos Casais Brancos, também, não sabia como estavam algumas ruas, mas havia um pedido da parte do empresário e do técnico, que acompanhou o projeto, no sentido de fazer uma proposta para um dos espaços, em frente, que julga ser dos serviços Municipalizados de água e saneamento, propondo uma intervenção, e naquele caso, falaram que custeavam. Referiu que lhe informou que teriam que fazer uma proposta, um desenho, porque teria que ser aprovado pela Câmara Municipal. Relativamente a todos os outros jardins e a todas as outras zonas, referiu que desconhecia a dimensão dos espaços públicos que são da Câmara Municipal e que não estavam a ser tratados, em todo o concelho. Pretendia ir executando, os serviços de jardinagem estão a intervir em muitas áreas públicas, de momento estavam a fazer uma grande intervenção, de reabilitação do Parque Urbano, e há uma fase que teriam que decidir. Disse que estavam a construir um caminho diferente, mas teria que haver tempo.

Iria analisar a situação, nomeadamente, com o senhor Presidente da Junta de Ferrel e com os serviços da Câmara, verificar as áreas que serão para jardinagem, para que dentro da medida do possível, seja arranjado. Disse, ainda, que gostaria de ver todos os espaços verdes bem tratados, mas não sabia se o Município tinha capacidade para continuar a receber espaços, com a perspectiva de que iriam ser espaços verdes e depois não tinham a capacidade financeira para fazer tudo.

LUIS PATRÍCIO:

Disse que, há cinco ou seis anos atrás, viu um projeto, elaborado pela senhora Arquiteta Ana Carriço, para aquela zona e, na altura, foi-lhe dito que o mesmo seria realizado no ano seguinte, o que infelizmente não aconteceu.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Respondendo ao senhor Luís Patrício, sobre o porquê daquele aldeamento não ser tratado como os outros, era simples, naquela zona ninguém votava, porque se houvessem votos, aquilo já não estava como está, e isso já acontecia há dois anos.

Aquela zona é da competência da Câmara Municipal, houve sempre entendimento, a equipa da Junta de Freguesia costumava lá ir, pela altura da Páscoa, fazer alguns arranjos, e quando não conseguia, e por algum motivo era necessário, coordenava-se com o senhor Vice-Presidente, na altura, e ele, também, chegou a mandar lá equipas, para dar uma limpeza na zona.

O Baleal Sol Village I levou alcatrão, em 2013, quando se fez o redondo que lá existe, ou seja, no verão, antes das eleições de 2013, e para que aquilo não aconteça, foi rebuscar uma questão da Assembleia Municipal, de 28 de setembro, no mesmo dia em um vizinho do senhor Luís foi à Junta de Freguesia de Ferrel e informou que o Baleal Sol Village I estava a ser asfaltado. Disse, ainda, que a Junta de Freguesia de Ferrel fez uma lista de asfaltamentos para o mandato, e colocou o Baleal Sol Village I, porque já sabia que aquilo ia acontecer, para o ano das eleições, para que ninguém dissesse que só se ia lá porque se votava, então só se lá ia no ano das eleições para que percebessem que não era daquela forma que acontecia, então colocou-se apenas num ano, com asfaltamentos na zona do Baleal para se fazer todo de uma vez, porque ele sabia que se fosse fazer uma rua e não fizesse outra, primeiro iria à Junta de Freguesia, no mesmo dia, e depois à Câmara Municipal, que seria legítimo, e daí ter colocado o asfaltamento todo na zona do Baleal, foi uma decisão da Junta de Freguesia.

Por outro lado, na outra Assembleia Municipal, não ficou explícito o seguinte, era impensável, como o senhor Presidente da Câmara disse, e ele próprio comungava da mesma opinião, que há trinta anos não havia ali asfaltamentos, na sua opinião, era surreal, mas era preciso referir duas coisas, no Sol Village I, as pessoas têm passeio pedonal à frente da porta para entrar, existem as ruas, em Ferrel, que estão em terra batida a cinco centímetros da soleira da porta, pessoas que andam a pé, e, portanto, era preciso conhecer e olhar para as listas da Junta de Freguesia, e quando se fizesse a avaliação era preciso chamar a Junta, não estando a querer dizer com aquilo, que fosse mais importante dentro da vila do que no Baleal Sol Village I, o que é que seria prioridade, se aquelas ruas nunca levaram asfaltamento, há quantos anos, se Ferrel existe há volta de seiscentos anos, era há seiscentos anos que não levavam.

Há pouco tempo os técnicos da Câmara Municipal contactaram-o, de passagem, e andavam a fazer a listagem dos asfaltamentos, tal como foi referido pelo senhor Presidente, e disseram-lhe que a Junta de Freguesia iria ser chamada, que achava muito bem, porque teria que discutir o assunto com o senhor Presidente, e existem dois ou três assuntos que vai solicitar ao senhor Presidente da Câmara que vá, pessoalmente, verificar, porque os técnicos têm uma interpretação, que não discutirá, mas que naquele caso não estava de acordo, porque não eram os técnicos que decidiam, eles fazer a informação deles, mas quem decidia era o Presidente.

EMANUEL NOIVO:

Disse que, reforçando a situação do Sol Village I, que vem debatendo, há alguns anos, mais precisamente, desde maio de 1987, que não levava alcatroamento, levou um bocadinho, na frente, e levou o arranjo que o senhor Presidente referiu. Perguntou quando iriam decidir alcatroar toda a urbanização, a cem por cento, ou seja, não leva nada há mais de trinta anos, o que têm feito és aos bocadinhos, o que era triste, deveriam fazer tudo numa única vez.

Solicitou que fizessem o que fosse possível, da melhor maneira. Referiu que já passaram muitos mandatos, gostariam de ver a urbanização, em 2019, completamente terminada, bonita, que agradassem a todos, porque as pessoas, mesmo que não votassem, aquele local tinha investimento.

Convidou todos a ir ao local, porque iriam verificar que ali se falava uma coisa e à vista encontrariam outra.

Deu um voto de agradecimento ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, porque lhe pediu ajuda para arranjar um passeio que estava bastante feio, e ele esforçou-se, com os meios que tinha, para arranjar aquilo, que ficou bonito.

RENATO RODRIGUES:

Disse que não estava ali para protestar, estava ali apenas para ajudar os pescadores do Porto dos barcos do Baleal. Referiu que, durante a tarde, fizeram um ofício, que gostariam que fosse lido na Assembleia Municipal.

«Não possuímos alojamento locais, não possuímos restaurantes, não possuímos cafés, possuímos, apenas e só, pequenas embarcações e artes de pesca. Somos pescadores e o que possuímos é o que nos faz levar sustento para as nossas famílias. No passado dia 5 de agosto, no primeiro dia da festa de Nossa Senhora da Guia, em Ferrel, foi lançado o livro “Ser Ferrel”, da autora Raquel Hermínio, livro este que entre as páginas quarenta e sete e cinquenta e dois, contém o capítulo da ilha do Baleal, capítulo esse que refere que, em mil setecentos e setenta e um, a cerca de duzentos e quarenta anos, Vicente Teodósio Maia apresentou uma petição ao Provedor da Comarca de Leiria, para a construção de casas, referindo que já existia no local, nessa mesma data, armazéns para guardar redes de pescadores, assim como é referido no livro “Peniche na História e na Lenda” de Mariano Calado. Não temos informação escrita nem oficial, repito, não temos informação escrita nem oficial, mas temos informações que nos revelam que há intenções de acabar com as licenças de encalhe para os pescadores do Baleal. Assim sendo, vimos por este meio solicitar a todo o executivo camarário, a toda a Assembleia Municipal, que tomem, com urgência, as diligências necessárias para garantir a nossa subsistência, junto da Agência Portuguesa do Ambiente, da Polícia Marítima, da Autoridade Marítima Nacional, do Governo Central, através do Ministério do Mar. Sugerimos, também, que entrem em contacto, vocês ou nós, com a AMAP, com a CAPA, com a Mútua dos Pescadores, Associações sedeadas em Peniche, que podem ser um apoio importante neste nosso processo, Associações sas quais nós somos associados. Vejamos, no Baleal existem cerca de dez embarcações licenciadas, a encalhar, naquele Porto, no Porto dos Barcos, trabalham lá cerca de vinte e sete homens, postos de trabalho direto, temos ali gente desde os vinte e cinco anos, se calhar até aos sessenta e muitos, têm pequenas embarcações do ponto de vista da segurança não me parece que tenha muitas condições para dar a volta do Baleal para Peniche, todos os dias. O que aqueles homens pedem, é só, e exclusivamente apoio da Assembleia Municipal, do executivo camarário, da Junta de Freguesia. Queremos dizer, também, que apresentamos toda a

disponibilidade, para serem criadas condições de melhoria, no que dizia respeito ao impacto visual das artes de pesca, na praia, assim como aproveitamos para pedir apoio ao Município de Peniche para melhorar as condições de recolha de resíduos sólidos urbanos, no local, na ilha do Baleal. Muito obrigado pelo tempo dispensado. Os pescadores do Baleal.»

Ademar Marques (PSD):

Disse que, relativamente à questão que o senhor Renato, em nome dos pescadores, colocou, quanto à Praia de Barcos que conhecia desde que se lembra e, de facto, sempre viu ali pescadores a trabalhar, diariamente, enquanto as pessoas estavam na praia, e isso foi sempre normal e aceite, e nunca foi problema para quem vai, frequentemente, àquela praia, como era o seu caso, que na última vez que lá esteve, no verão passado, ajudou a colocar um barco dentro de água.

Referiu que, de facto, lhe parecia que não se poderia pôr em causa a possibilidade de trabalhar de tanta gente, sem aviso e de um momento para o outro.

Disse, ainda, que tinha a certeza que toda a Câmara Municipal se disponibilizaria, para junto do Senhor Capitão do Porto ou das entidades responsáveis, para exigir que haja uma ação que não ponha em causa o trabalho de todas aquelas pessoas, o sustento daquelas pessoas, portanto, da parte do Partido Social Democrata, enfim, a Assembleia Municipal não teria tanta capacidade de ação, mas, com certeza, que a Câmara Municipal e os Vereadores do Partido Social Democrata tratariam de corroborar aquela questão na Câmara Municipal, que terá a capacidade de intervir junto das entidades responsáveis.

José Amador (CDU):

Disse que, sobre a intervenção do senhor Renato, pela bancada da Coligação Democrática Unitária não seria negado apoio àqueles vinte e sete trabalhadores. Referiu que, na sua opinião, era de toda a justiça que se desse apoio a pessoas que trabalham ali há muitos anos, porque, por vezes, os radicalismos, de tirar as licenças, sem mais nem menos, era uma coisa que teria que ser discutida seriamente e não de repente. Disse, ainda, que haviam casos e casos, mas aquela intervenção feita pelo senhor Renato, tinha todo o apoio da Coligação Democrática Unitária e, portanto, regatariam através dos meios necessários para acompanharem aqueles pescadores, em tudo o que fosse necessário, para que se resolva aquele problema.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Da parte da Junta de Freguesia de Ferrel, obviamente, teriam todo o apoio necessário. Referiu que, caso a Câmara tiver que fazer alguma diligência e necessitar do apoio da Junta de Freguesia, também sabia que o teria.

Em nome da bancada do Partido Socialista iriam verificar o processo e tentar obter informações, junto da senhora Secretária de Estado do Ambiente e que, tinha acabado de confirmar, naquele momento, através de um colega, que é o Presidente da Associação para a Defesa do Património de Peniche, senhor Luís Constantino, com quem têm um protocolo e que está disponível para fazer um processo de instrução para ajudar na qualificação da importância dos pescadores, também, no Baleal e, de acordo com o que foi referido pelo senhor Deputado Ademar Marques, para os que ali nasceram era como um ritual, tinham que ir pescar “caboses” às pocinhas, no verão, mas aquela ilha começou com pescadores.

Inês Lourenço (GCEPP):

Agradeceu, também, ao senhor Renato por ter expressado aquelas palavras em nome dos pescadores do Baleal, um lugar que, também, lhe dizia muito, uma vez que era descendente de pescadores daquela ilha e, também, o senhor Presidente da Câmara, enquanto pescador, com certeza, não deixaria em branco aquela questão.

Disse que, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores por Peniche, estariam do lado dos pescadores e, obviamente, poderiam contar com o apoio.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Conhecia quase todos os pescadores ali presentes e não era por ser pescador que, na sua opinião, era uma obrigação dos Autarcas, particularmente do Presidente da Câmara, do Presidente da Assembleia Municipal e dos senhores Vereadores, porque, obviamente, quanto mais consenso existisse, em relação àquele tema, melhor, mas pessoalmente, sempre os aconselhou a estarem organizados numa das Associações de Armadores, tendo, inclusive, dado outros conselhos, porque, na sua opinião, teriam outra força.

Não tinha conhecimento, porque ninguém lhe apresentou nenhum dossier, mas teria que se avaliar se aquilo estava previsto, o que para si era estranho, uma vez que o Plano da Orla Costeira ainda não tinha sido aprovado, portanto, estar de momento a tomar medidas de correção, em relação àquilo que pudesse estar aprovado, e falava sem conhecimento, porque não conhecia a situação, e apesar de procurarem ter as melhores relações com as autoridades, por vezes existia alguma precipitação, porque as pessoa em lugar de procurar o diálogo com todos, nomeadamente com o Município, com as empresas e os seus representantes, como era a AMAP e a CAPA, mas, também, junto dos pescadores.

Existia um hábito de seiscentos anos, como o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel referiu, ele próprio não diria tantos, mas dezenas e dezenas de muitos anos existia, das embarcações do Baleal saírem daquela praia, admitindo que se teria que tratar e proteger, melhor, aquela praia, porque é um dos espaços mais bonitos do concelho que tinha de ser melhorado, tendo para isso que todos fazer um esforço.

Poderiam contar com a Câmara Municipal, a situação irá ser avaliada, provavmente ainda não existe uma posição escrita, assumida, há uma orientação, pelo que irão falar com quem os indicou que tinha aquele propósito. Disse, ainda, que há uns anos houve alguém que quis fazer o mesmo que acabou por dar em nada.

Na sua opinião, teriam que sensibilizar as pessoas, as leis não poderiam ser vistas apenas como leitura e esquecer o resto e, aliás, existem muitas leis que passado pouco tempo deveriam ser alteradas, porque a sua execução se percebia que não era correta nem justas nem adequadas a cada momento.

Fizeram bem apresentar os seus propósitos e as vossas ansiedades, em relação a um assunto que os iria naturalmente atingir. Referiu que iria falar em nome de todos, a Câmara Municipal estava ali para os ajudar e para ir até onde for necessário. Disse que provavelmente, teria que aqui trazer senhor Presidente da República, Marcelo de Sousa, para dar mais força à luta dos pescadores, mas talvez não seja necessário, irão tentar, primeiro, falar dentro das portas do concelho com quem devem falar, depois, caso seja

necessário, ir mais além, que, na sua opinião, não era difícil adivinhar com quem teriam que ir, seriam duas ou três portas essenciais.

Iria ter força e argumentos, em que este era o principal, porque o argumento tem a razão, para procurar resolver o problema.

FERNANDO NUNES

Referiu que a concessão da marca Ferrel Capital da Luta Contra o Nuclear era uma realidade. O voto de louvor apresentado em Assembleia da República foi aprovado por unanimidade, portanto, não poderia deixar de agradecer a todos os que fizeram com que o tema do nuclear se tornasse uma realidade. Em primeiro lugar, agradeceu ao povo Ferrel pois, sem ele nada daquilo teria sido possível, agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, ao seu executivo, Nídia Nunes e Filipe Oliveira, a todos os elementos da Assembleia de Freguesia de Ferrel, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, Henrique Bertino, ao seu executivo, à Patrimonium de Peniche, a todos os Vereadores da Câmara Municipal de Peniche e Deputados da Assembleia Municipal de Peniche, e à Assembleia da República. Disse que estavam todos de parabéns, o povo de Ferrel agradecia e o concelho merecia. Agradeceu, também, àqueles que marcaram pela indiferença e ignorância, pois sem eles não se tornavam tão unidos, fortes e resistentes. Disse que o povo de Ferrel deu e estava a dar uma lição de luta e união, e isso estava a ser reconhecido. Referiu que iriam continuar naquela linha para o bem de Ferrel e do concelho. O povo de Ferrel sabia que a união era o caminho para conseguirem aquilo em que acreditam.

Disse que ninguém votava num partido ou grupo partidário para que ele fosse a oposição, votava convencido que aquele partido ou grupo partidário iria ser governação ou ajudaria nela. Referiu que, ali, todos representavam pessoas que votaram e confiaram, por isso, tinham a obrigação de lhes agradecer com trabalho e união, dando o melhor em prol de todos, governando com seriedade e ajudando a governar com a mesma seriedade.

Disse que as pessoas do concelho mereciam e o concelho agradecia. O povo do concelho de Peniche pedia coragem e união àquele executivo, a todos os Vereadores e a todos os Deputados da Assembleia, pois só assim teriam um concelho ondeoubessem todos. Deixem-se de ser mesquinhos, não poderiam viver sempre em campanha, pensando nas próximas eleições, o povo que votou merecia muito mais e tinham a obrigação de o respeitar e aceitar a sua escolha. Referiu que quando acontecia algo na terra, existem os aqui d'el rei, que eram os que sabiam, outros fazem queixinhas e, ainda, outros que vão para Facebook. Haja liberdade de pensamento e expressão e até de ação, mas precavendo sempre os interesses da terra e o seu bom nome, há locais próprios, onde os problemas podem e devem ser discutidos e resolvidos, a terra não precisa ser divulgada pela negativa. Disse que poderiam e deveriam pertencer a grupos partidários diferentes, mas nunca esquecendo os interesses da nossa terra, a terra que os elegeram, os interesses de quem votou, do concelho, tinham que ser maiores do que os interesses dos partidos ou grupos partidários que representam. Referiu que todos tinham os seus talentos, as suas ideias, os seus conhecimentos e influências, uns mais do que outros, mas era na diferença que residia a força no concelho e as suas forças. Disse que tinham que se unir esforços para crescerem e apontar caminhos objetivos e arranjar soluções, sozinhos eram poucos, sozinhos as respostas eram "Vamos ver". Juntos seriam mais fortes e as portas seriam certamente diferentes, não podiam fazer de conta nem fazer os jogos dos

partidos, só tinham aquele concelho e era nele que tinham que empregar as suas forças e o seu saber. Referiu que estavam fartos de ver geração atrás de geração, amigos atrás de amigos, a ter que emigrar do país, mais propriamente do concelho, por falta de trabalho e de outras condições essenciais à sua existência, onde grande parte do problema está nas mãos dos políticos. Disse, ainda, que mais do que nunca, as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia, tinham a obrigação de ajudar na criação de emprego investindo e incentivando ao investimento de particulares e empresas, e dando apoio a Instituições e Associações, todos juntos eram uma força de criação de emprego e na prestação de serviços, logo, ajudando na fixação de pessoas e do seu bem-estar. Disse que tinham que promover a mudança do eu para nós, e a forma de estar e fazer política, as mudanças costumam a ser entendidas, mas só poderia ser aquele o caminho, unidos teriam sempre liberdade de escolha.

LUÍS RENDEIRO:

Como Presidente da Associação Patrimonium, agradeceu à Junta de Freguesia de Ferrel, por tê-los chamado para o projeto “Ferrel Capital do não ao Nuclear”, que abraçaram desde cedo, com um investigador que tiveram a analisar o tema, e apoiavam, sempre, qualquer Junta de Freguesia, a Câmara Municipal, qualquer entidade que lhes peça ajuda, dentro da sua área, e quem trabalhava, consigo, sabia, independentemente das cores partidárias, das ideologias religiosas ou políticas, estavam ali para trabalhar com todos, e pensava que isso já era reconhecido, quer pela Câmara Municipal, quer pela Assembleia Municipal e, principalmente, pela parte que mais importava, a comunidade. Disse, também, aos pescadores do Baleal, que estavam dispostos a ajudar no que fosse preciso, até porque haviam outras comunidades no país que salvaguardaram as suas artes e o seu direito de pescar nas águas onde sempre pescaram, por aquela questão da identidade cultural e patrimonial que tiveram. Disse ao senhor Presidente da Câmara que era verdade, que não era há seiscientos anos, era há mais, porque os vestígios que encontraram, e alguns eram Romanos, reportava para outras cronologias muito mais atrás, o Baleal sempre foi uma zona de pesca, com embarcações, claro que diferentes da que existem atualmente, mas a fixação de população naquela ilheu, seria sempre para pesca e era há seiscientos anos, e estava escrito no livro “Peniche na História e na Lenda”, de Mariano Calado.

Saudou a senhora Deputada Sofia Barradas, pela sua intervenção. Disse que desde há muito tempo que seguia pela internet as intervenções da Assembleia Municipal, e ficava sempre satisfeito com as suas intervenções, porque são feitas de forma clara, direta, sem rodeios políticos ou biológicos, falando o que ia na alma, a verdade, mediante os factos, tendo-o feito relativamente à Fortaleza de Peniche. Disse que aquele tema já foi muito debatido na Assembleia Municipal e, provavelmente, se fosse falado todos os meses, não faria mal algum, uma vez que era um tema que tinha problemas, desde o anterior mandato. Referiu que, como técnico, na sua opinião, poderiam ter feito melhor, mas já estava feito e agora era caminhar em frente, e para bem da terra conseguirem fazer alguma coisa, e isso tinham que todos os que estavam naquela Assembleia Municipal, independentemente das bancadas que representam, de assumir uma posição. Referiu que lamentava que o concelho de Peniche, era dos únicos que tinha uma Associação de Defesa do Património, aprovada pela Direção Geral do Património Cultural, e que trabalham, há algum tempo, em consonância, mas que nunca foi chamada para fazer parte de qualquer

comissão, mas estavam sempre prontos para trabalhar, porque não precisam fazer parte de comissões para trabalhar a Cultura e o Património, até porque, têm estado a trabalhar e a ser produtivos para a comunidade, com o apoios do executivo com o apoio da Assembleia. E vamos não esquecer a da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal,

Disse que não iriam esquecer a Fortaleza de Peniche, que iriam falar dela, assumindo que no futuro iriam fazer o melhor para o Município.

Relativamente à sede da Associação Patrimonium, disse que muito tinha que agradecer à Câmara Municipal, porque era graças a ela que tinham um protocolo, apesar de já terem um desde o mandato do senhor Vereador Jorge Gonçalves, mas devido a uma paragem da Associação, o protocolo ficou esquecido, foi repostado no mandato anterior e foi arrastado até às eleições, e foi no atual mandato que teve a coragem de o reescrever e encontrar um protocolo para poderem trabalhar, contudo, nunca os impediu de trabalharem em conjunto, daí a sede ser um assunto urgente, mas tem conhecimento que a Câmara Municipal estava a trabalhar naquele sentido, não apenas para a Associação Patrimonium, como para outras. Agradeceu publicamente à Câmara Municipal, por lhes ter proporcionado um protocolo e uma via de comunicação, que não existia, com a anterior Câmara Municipal.

Em relação ao voto de louvor, agradeceu, em noma da Associação Patrimonium. Disse que não trabalhavam com aquela finalidade, mas obviamente era muito bom receber um louvor, por parte da Assembleia Municipal, porque era sinal que os reconheciam como instituição, que trabalha em prol da comunidade, poderiam dispor, sempre, porque querem trabalhar.

Ademar Marques (PSD):

Disse, agradendo ao senhor Luís Rendeiro a intervenção interessante que fez, como sempre, que, relativamente à participação no processo da Fortaleza, de facto, infelizmente, não se lembraram da Associação Patrimonium, mas, relativamente ao processo do PDM e da sua revisão, o PSD propôs e foi aprovado, na Assembleia Municipal, a constituição de uma comissão local de acompanhamento do PDM, com algumas entidades que têm um conhecimento especial sobre alguns dos assuntos relevantes para o PDM, entre as quais a Associação Patrimonium, especificamente.

Disse que foi aprovado em junho ou setembro do ano passado, a verdade é que até agora, a comissão, segundo sabia, não reuniu, desconhecendo se a Associação Patrimonium já tinha sido contactada para que designassem alguém, para participar, mas a comissão, enfim, não sabia se iria reunir antes do PDM estar feito, mas era essa ideia, e foi assim que a Assembleia Municipal votou.

MIGUEL PEREIRA:

Disse que gostaria de ser esclarecido sobre um assunto que foi a reunião de Câmara, no dia onze de fevereiro. Referiu que pensava ter sido apreciado e votado um possível protocolo com uma Associação local, para a construção de um Pavilhão Multiusos, uma infraestrutura que todos os Penichenses anseiam, há muito. Solicitou que a Câmara Municipal lhe desse indicações do que foi falado, do que foi votado e em quanto ficaria.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Agradeceu a questão.

Disse que:

Durante alguns meses, a Câmara Municipal tem estado a discutir a possibilidade, face a um pedido de viabilidade apresentado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, de apoiar a construção de um Pavilhão Multiusos, num espaço que todos conheciam, no fundo, foi construída uma possibilidade, que existiria um protocolo entre a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche. Deu conta que foi feita uma proposta de protocolo, em termos de gestão, que não foi discutido, e foi apresentada uma estimativa do custo da construção do Multiusos, e do plano de pagamento, porque quem assumiria o pagamento era o Município, e perante a proposta, teria que ser assumida uma renda mensal de cerca de sete mil euros, conforme o valor que estivesse em causa.

Foi contactado pelo senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, com o propósito de falar na construção de um outro armazém que precisavam, tendo sugerido que abandonasse a ideia, porque seria perder uma oportunidade para construir aquele equipamento, que para si é imprescindível para o desenvolvimento do concelho de Peniche.

Teve o cuidado de, junto de outros Presidentes de Câmara e de outras entidades, tentar perceber se havia alguma possibilidade de apoios nacionais, candidaturas a fundos comunitários e, ontem, perguntou a duas responsáveis do Centro 2020 se poderiam equacionar uma candidatura, no próximo quadro comunitário, para o Multiusos e outras possibilidades, foi-lhe dito que não.

Seria um empréstimo a trinta e um anos, com juro garantido de um por cento, e que, no fundo, permitiria fazerem as atividades que atualmente Peniche não consegue fazer, com cobertura, com outras condições, de um de janeiro a trinta e um de dezembro.

Alguns dos senhores Vereadores não concordaram com aquela hipótese, entenderam que estavam a hipotecar alguns mandatos e a situação financeira para trinta e um anos, ele entendia que não, entendia que perderam uma oportunidade para construir um equipamento que era transcendente a diversas atividades, por exemplo, os Sabores do Mar, que pretendem realizar em setembro, caso o tempo não ajude, poderá hipotecar, o Festival das Sopas, que apesar de ser feito no Mercado Municipal, que é um local agradável, é, também, insuficiente, e o Mov Peniche e outras entidades teriam oportunidade de fazer muitos eventos e, provavelmente, outras coisas, que atualmente não têm espaço para fazer. Disse que todos tinham direito à sua opinião, ele respeita a opinião dos senhores Vereadores que entenderam não viabilizar a situação, mas irá continuar a lutar pela construção do Pavilhão Multiusos, porque era reconhecido por todos que era uma necessidade, mas não concordaram com aquele sistema de pagamento, pelo que irão ver se constroem outra alternativa.

MIGUEL PEREIRA:

Disse que se sabia que seriam a trinta e um anos e se dava uma prestação de cerca de oito mil euros, saberia dizer-lhe o valor do investimento.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que o que estava quantificado era um valor de cerca de dois milhões e oitocentos mil euros.

Henrique Estrelinha (PS):

Sugeriu que, uma vez que aquele assunto foi discutido na Câmara Municipal, se desse a palavra ao senhor Vereador Jorge Gonçalves, do Partido Socialista.

Ademar Marques (PSD):

Disse que, antes de qualquer intervenção, ouviam os contributos dos senhores Vereadores da Câmara Municipal.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que, em conformidade com o número quatro, do artigo trinta e sete, depois da intervenção do senhor Presidente da Câmara, que consta da Lei, também dizia que a Câmara Municipal e os senhores Vereadores faziam parte, perguntou aos senhores Vereadores, quem pretendia intervir.

Vereador Jorge Gonçalves (PS):

Disse que:

Não era uma matéria fácil, referindo que foi dos que votou desfavoravelmente a proposta.

A questão do Pavilhão Multiusos esteve em sete reuniões de Câmara, e até ao final do ano dois mil e dezoito o que estava em cima da mesa era um pedido de viabilidade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche para a construção de um Pavilhão Multiusos, que do ponto de vista formal, a questão era assim e, portanto, não havia qualquer valor nem protocolo da parte da Câmara Municipal, se bem que, na discussão que teve origem, no dia vinte e três de julho, no dia treze de agosto, no dia 24 de setembro, no dia 8 de outubro, estava subjacente um envolvimento financeiro da Câmara Municipal, na construção daquele hipotético pavilhão.

Em vinte e um de janeiro de dois mil e dezanove, foi presente à Câmara Municipal uma proposta de protocolo, referindo que foi a primeira vez que aconteceu, e como o senhor Presidente da Câmara disse, tinha um envolvimento de dois virgula oito milhões de euros por parte do Município, que seria concretizado através de um empréstimo, que a Câmara Municipal pagaria em quase trinta e dois anos, o que significava oito mandatos para fazer face àquele valor.

Tal como o senhor Presidente da Câmara disse, todos os senhores Vereadores se manifestaram, e todos o fizeram, uns de uma forma mais clara, outros de forma menos clara, relativamente à necessidade de construção de um Pavilhão Multiusos no Município de Peniche e consideraram fundamental que aconteça, numa perspetiva de um pavilhão que dê resposta àquilo que são as necessidades do concelho.

Estava em causa um protocolo que se basiava no pressuposto de que a Câmara Municipal assumia o pagamento a cem por cento, e isso gerou alguma discordância na Câmara Municipal, porque não sendo aquela uma atividade prioritária dos Bombeiros, e sempre que se falava dos bombeiros havia uma carga emotiva à volta das questões daquela entidade, a questão fundamental da atividade da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche são a segurança e o socorro das pessoas, e não era daquilo que estavam a falar, estavam a falar da gestão de um Pavilhão Multiusos e, portanto, o pressuposto era que a Câmara assumisse cem por cento do financiamento, mas existem, também, outras instituições no concelho, com mérito, com objetivos meritórios que ainda não os conseguiram atingir, na área social, e deu como exemplo, uma Freguesia

e a localidade mais importante, depois de Peniche, Atouguia da Baleia, que não tem um Lar de Idosos e, amanhã, a quem a Câmara Municipal vendeu um terreno para aquele fim, poderia dizer, que pretendiam construir um lar que custa dois ou três milhões e a Câmara Municipal assume, pelo que aquela foi uma questão fundamental.

Que não existia projeto e não há nada que lhes diga qual era o valor que a Câmara Municipal iria ter, para resolver, no âmbito da construção daquele pavilhão, porque, como disse o senhor Presidente da Câmara, era uma verba estimativa.

Sabiam que aquele terreno era complicado, porque uma coisa era ter aquele espaço com uma tenda e fazer um festival, outra coisa era construir, naquele terreno, um pavilhão, porque já o quartel dos Bombeiros foi construído em estacaria, porque existem problemas de nível friático, portanto, era sempre uma construção mais cara. Referiu que não tinham um projeto para saber concretamente qual era o valor que poderia estar em causa naquela construção, mas tinham o pressuposto que a Câmara pagava os cem por cento, o que significava que poderia ser dois milhões e quatrocentos, mais os encargos, como poderiam ser três milhões, mais os encargos, Referiu que, na sua opinião, começaram a casa pelo telhado e o processo foi mal gerido, porque o que a Câmara Municipal deveria ter feito, ou seja, a discussão levaria ao nível de: *«sim senhor, aqui pode-se construir um pavilhão, ali o pavilhão que se construir ia dar as respostas àquilo que são as nossas necessidades, então, vamos fazer o projeto, e nós financiamos a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche para começar a fazer o projeto»* saberia-se que, o projeto, com cerca de oitenta mil euros resolveria, portanto, aquilo daria-lhes a perspetiva da construção em termos finais, mas não tinham projeto, era uma estimativa que a Câmara teria que assumir, o que, há partida, a questão não poderia ser gerida daquela forma, na sua opinião.

Por outro lado, não sabiam que tipo de atividade se iria lá fazer, porque não se sabia se no pavilhão se poderia fazer um espetáculo desportivo com bancadas, não sabiam que tipo de construção seria, e tudo aquilo os levou a dizer que, naquela fase, aquela não era a solução e, por outro lado, não sabia como se poderia estar a dizer que no próximo quadro comunitário de apoio não seria possível fazer aquela candidatura, porque, ainda, ninguém decidiu quais seriam as linhas programáticas que o próximo quadro comunitário iria absorver, do ponto de vista de apoiar investimentos. Disse, ainda, que seria normal que, se a Câmara iria gastar o dinheiro todo na construção do pavilhão, poderia construir, provavelmente, resolvendo outros problemas, e que dois milhões e oitocentos mil euros alavancavam obras no quadro comunitário de apoio, entre doze milhões a quinze milhões de euros, e que num próximo quadro comunitário de apoio, ou a Câmara poderá concorrer a um pavilhão que dê resposta àquelas questões ou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche o fariam, porque não estavam impedidos, e a Câmara participava, e se a Câmara definiu prioridades para aquele quadro, e sendo uma matéria importante, não foi possível, face às verbas disponíveis para este quadro, e se pretende resolver o problema do Fosso da Muralha, e que só tinha um milhão e trezentos mil euros, e precisava gastar três milhões e meio, e não tem dinheiro, como resolveria um problema, não tendo dinheiro, portanto, aquilo era preciso discutir, do ponto de vista das prioridades. Referiu que o que fizeram, neste momento, foi dizer que não havia condições para, da parte da Câmara Municipal, assumir uma responsabilidade daquela natureza, face aos elementos que dispunham, e que não davam garantia que aquele seria o valor real, no final da execução do pavilhão, nem se aquele era o pavilhão que o concelho de Peniche precisa para as suas realizações.

Vereador Filipe Sales (PSD):

Agradeceu a todos aqueles que participaram no período de intervenção do público, que era, de facto, muito importante ver aquela vitalidade da comunidade, o interesse na resolução dos problemas da nossa terra, ficando muito satisfeito.

Agradeceu, particularmente, a questão mais sensível, levantada pelo senhor Miguel, uma questão que, de facto, tem gerado alguma especulação, junto da comunidade local, ao qual não era alheio, ia percebendo que, de facto, ia sendo feita alguma contrainformação, relativamente àquela matéria e, realmente, existem espaços próprios para serem respondidas questões, para serem abordados assuntos “de caras”, e aquele era um local próprio.

Começou por, também, dizer que há pouco o senhor Presidente referia que: *»Para mim é fundamental um pavilhão multiusos para o desenvolvimento de Peniche»,* e ele próprio subscrevia aquela intervenção, achando que se perguntassem às pessoas da sua terra, todas subscreveram aquela afirmação, no entanto, o que foi submetido à apreciação da Câmara Municipal, no passado dia onze de fevereiro foi um protocolo que visava o apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, e achava mais simples se lesse a Declaração de Voto que redigiu com a senhora Vereadora Cristina Leitão, depois de terem votado contra aquela proposta de protocolo.

Leu a Declaração de Voto: «Foi submetida a votação uma proposta de protocolo entre a Câmara Municipal Peniche e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche. Ao abrigo deste protocolo, a Câmara Municipal pagaria a totalidade do valor de um pavilhão multiusos a construir e gerir pelos Bombeiros, no valor total de quase dois milhões e oitocentos mil euros, inteiramente dos seus fundos próprios, ou seja, sem recurso a fundos comunitários, e importa dizer que não foi levado a votação qualquer projeto de construção de pavilhão multiusos pelos Bombeiros Voluntários de Peniche.

De facto, os Bombeiros Voluntários de Peniche deram entrada no dia vinte de abril, de um pedido de informação prévia para este projeto, ao qual a Câmara Municipal tinha a responsabilidade e a obrigação de responder em trinta dias e, foi retirado no dia oito de outubro de dois mil e dezoito, quando foi agendado para uma reunião, até hoje, a Câmara Municipal não tomou qualquer posição sobre este pedido de informação prévia para a construção de um pavilhão multiusos apresentada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche. Foi apenas relativamente ao protocolo de financiamento que nos pronunciámos votando contra importa explicar porquê.

Os Bombeiros Voluntários de Peniche, cumprem com enorme brio e coragem, a função nobre de nos proteger. Os vereadores do Partido Social Democrata estarão sempre, como estiveram no passado, disponíveis para apoiar os Bombeiros naquilo que são as suas atividades próprias, no âmbito da Proteção Civil, aliás, em janeiro de dois mil e dezoito, apresentámos, na Câmara Municipal, uma proposta de aumento da verba mensal que o Município atribui aos Bombeiros Voluntários, esta proposta não foi submetida a votação pelo senhor Presidente mantendo a verba em vigor de anos anteriores, o mesmo já sucedera no passado recente, em qualquer das situações optámos por não divulgar o conteúdo das propostas, porque entendemos que os Bombeiros não devem servir como arma de arremesso político ou eleitoral.

Lamentavelmente perante a evidência de que a proposta não tinha o apoio da maioria dos membros da Câmara e apesar do apelo do senhor Vereador Rogério Cação, para não se politizar os Bombeiros, o senhor Presidente, Henrique Bertino, afirmou que iria fazer política com isto. Esta atitude do Presidente de Câmara não surpreende, mas devo confessar que é absolutamente lamentável. Os Vereadores do Partido Social Democrata nada têm contra a construção de um

pavilhão multiusos pelos Bombeiros Voluntários Peniche, mais, em conversas entre a Direção e os Vereadores do Partido Social Democrata, os Vereadores encorajaram os Bombeiros, quando estes apresentaram a intenção de construir um multiusos recorrendo, por isso, a fundos comunitários, fosse através do overbooking, do remanescente, do atual quadro comunitário de apoio, fosse, até, através do novo quadro comunitário de apoio, 2030, que ninguém sabe o que é que pode ser elegível, temos as legítimas expectativas que um pavilhão multiusos possa ser elegível, contudo, considerámos que seria completamente irresponsável, da parte da Câmara Municipal, assumir o pagamento integral deste equipamento pelos seguintes motivos. A Câmara Municipal de Peniche apoia normalmente em vinte cinco por cento, as obras das Associações do concelho que sejam cofinanciadas, o que não é o caso, ao abrigo do Regulamento de Apoio ao Associativismo, em vigor e aplicável a todas as Associações do concelho, ao abrigo do artigo décimo sétimo deste regulamento, no caso de obra não cofinanciada, a participação máxima do Município poderá ser até vinte por cento do valor da obra, desde que não exceda o valor de quinze mil euros.

Apoiar uma obra a cem por cento, no valor de quase dois milhões e oitocentos mil euros, implicaria a revogação ou a derrogação do Regulamento de Apoio ao Associativismo e necessitaria de uma justificação que não colocasse em causa, para o futuro, a posição em relação a outras obras e a outras instituições, isto porque o regulamento foi criado para garantir a equidade entre as Associações do nosso concelho na prossecução dos respetivos fins.

A necessidade de um pavilhão multiusos, para o concelho, como prioridade absoluta e quase única, perante a falta de recursos disponíveis a que se deve recorrer sem fundos comunitários, é questionável, nomeadamente quando confrontada com pretensões de construção de equipamentos para a terceira idade na Freguesia de Atouguia da Baleia, cuja necessidade se vai agudizar com o envelhecimento da população do concelho ou com a necessidade de investimento na Fortaleza ou nos equipamentos da Saúde, ou nos nossos equipamentos escolares ou no Museu Municipal ou em tantas, tantas outras necessidades de investimento.

O senhor Presidente referiu que estimulou esta proposta, mas este financiamento, a cem por cento de uma obra, poderia deixar os Bombeiros Voluntários numa situação delicada, caso o Tribunal de Contas viesse a considerar, como já tem feito em casos semelhantes e muito recentes, que se tratava de um uso indevido de dinheiros públicos impossibilitando o financiamento pelo Município.

Com efeito este financiamento, a cem por cento, dispensaria as regras de boa gestão, com recurso a concursos públicos e visto prévio do Tribunal de Contas, a que o Município está obrigado, o que poderia configurar uma forma de contornar as imposições legais na ótica do Tribunal de Contas.

Devo dizer, também, que, na última reunião, questionada sobre as dúvidas quanto ao detalhe das contas e da exigência financeira, a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que tem o Pelouro das Finanças, respondeu que também colocou a questão e também não tem resposta.

Por fim, estes quase dois milhões e oitocentos mil euros de fundos próprios sem possibilidade de recorrer a fundos comunitários, que a Câmara iria investir no pavilhão multiusos, podemos também comparar com os duzentos e oitenta e sete mil euros de fundos próprios que a Câmara Municipal vai investir na obra da segunda fase do Fosso da Muralha, que totaliza um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil euros, juntando a participação comunitária aos fundos próprios, mas também ao edifício da antiga Central Elétrica, onde os fundos próprios são trezentos e quarenta e sete mil euros, perfazendo uma totalidade, juntamente com os fundos comunitários, de dois milhões trezentos e dez mil euros. Consideramos que é de uma total irresponsabilidade, que o senhor Presidente tenha estimulado esta proposta de protocolo.

Os recursos da Câmara são finitos e com o alargamento do quadro de pessoal e com aumento de competências, que aí se avizinham, têm tendência, esses recursos, a ficar ainda mais reduzidos. A Câmara não pode pôr todo o dinheiro, que tem disponível e que não é muito, num só

projeto abandonando todos os outros, no domínio da Ação Social, do apoio a idosos, que há em Peniche e no nosso concelho. Limitam-se, desde logo, os fundos disponíveis para as candidaturas a fundos comunitários no presente quadro e no quadro futuro. Se quisesse apoiar os Bombeiros teria procurado encontrar um consenso dentro da Câmara Municipal ao que se recusou a fazer. O senhor Presidente importa sempre, e percebemos essa sua atitude, em tentar vitimizar-se e acusar a oposição de o impedir de trabalhar. Ao senhor Presidente, pelos vistos não importou garantir a sustentabilidade das Finanças Municipais, a equidade entre as diferentes instituições naquilo que são os apoios concedidos pelo Município e a legalidade das decisões que propõe, nem sequer podemos concluir no final, ajudar os Bombeiros Voluntários.

Da nossa parte, a opção mais fácil teria sido, sem dúvida, votar a favor, sabendo que a opção que tomámos, de votar contra este protocolo de financiamento, iria ser usada contra nós, também da parte do senhor presidente da Câmara, mas não mudamos o sentido de voto e não mudamos porquê, porque somos responsáveis, não decidimos em função do que é popular, mas do que é certo, certo que temos uma autarquia capaz de responder a todos os desafios, e são muitos há muito tempo, que se nos deparam e para melhorar a qualidade de vida das pessoas da nossa terra. O Partido Social Democrata está, como sempre esteve, disponível para reforçar o apoio aos Bombeiros Voluntários de Peniche, para as atividades próprias de uma corporação de Bombeiros, ou seja, naquilo que são as suas funções, no âmbito da Proteção Civil.

Da mesma forma, apoiamos o reforço do apoio social do Município, aos homens e mulheres que prestam serviço nos Bombeiros, tal como propusemos no passado. Estamos, além disso, disponíveis para viabilizar o pedido de informação prévia, aquele que entrou no dia vinte de abril, para que os Bombeiros possam liderar uma candidatura a fundos comunitários, seja através do overbooking do quadro Portugal 2020, seja do novo quadro, Portugal 2030, do qual a Câmara Municipal possa ser um parceiro estratégico, leal e responsável.»

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Com alguma facilidade, se desmontava aquilo que era dito, porque aquilo vem trabalhado, naturalmente, para este efeito.

Se estava a falar de uma verba anual, e a primeira questão, o pedido de viabilidade que os Bombeiros apresentaram, não foi votado, porque os senhores Vereadores quiseram saber qual era o envolvimento financeiro da construção do pavilhão multiusos e o que é que a Câmara iria suportar.

A aprovação do pedido de viabilidade não obrigava a Câmara a dar-lhes dinheiro, isso seria a segunda fase, portanto, não foi aprovado por aquela razão, não foi porque o Presidente não quis, e está gravado. Segundo, o que estavam a falar, que parece um absurdo, e que levaria a Câmara Municipal à falência, seria, em primeiro lugar, saber o valor, porque não foi colocado, nenhuma vez, a proposta de a Câmara suportar o custo do projeto do multiusos, foi ali referido, mas nunca foi feita aquela proposta, segundo, só se poderia saber o valor da execução de uma obra, daquelas, depois de ter ido a concurso, o concurso é que iria definir, até poderia ficar deserto, terceiro, aquela obra estaria sempre sujeita ao Tribunal de Contas e, provavelmente, admitia, que chegasse ao Tribunal de Contas e este não desse o aval, mas ninguém sabia do que se estava a falar. Referiu que o Município tem um orçamento anual, de cerca de vinte e cinco milhões, e que estavam a falar, no imediato, porque o assunto não foi discutido a sério.

Estava à espera, nomeadamente do protocolo, os documentos foram apresentados e era possível aprofundar a discussão, a análise de todas as propostas, dos projetos, que mesmo não sendo um grande multiusos, de momento não tinham nada.

Estavam a falar em sete mil euros, que poderiam ser oito ou dez mil euros por mês, porque se fosse oito mil euros por mês, daria noventa e seis mil euros por ano e, caso ele próprio fosse o empresário ou se fosse um Presidente de Câmara, já disse várias vezes que nunca o assustaram as dívidas, desde que as mesmas tenham sustentabilidade, interessava era que o dinheiro fosse bem gasto, e se dependesse de si a construção dos Paços do Concelho, as casas de banho, o ordenamento das praias, no fundo, tudo o que sabiam que eram necessidades, em ligar de ter aquela verba mensal, de oito mil euros, e passasse a ter uma verba mensal de setenta, oitenta ou noventa mil euros, na sua opinião, a Câmara tinha sustentabilidade para isso, e resolvia os seus problemas, porque houve Câmaras que o fizeram, no passado, e gastaram bem o dinheiro, algumas que se endividaram muito e gastaram mal o seu dinheiro, são opções.

Quando referiu, e que foi dito pelo senhor Vereador Filipe Sales, que iria fazer política, foi porque várias vezes os senhores Vereadores, nas suas intervenções, disseram "*não se vá fazer politiquice*", e o que disse foi que "*não vou fazer politiquíce, vou fazer política*", e política é esclarecer as pessoas, porque depois de uma situação daquelas, deste e de outros assuntos, em que nem todos concordam, teria que esclarecer, uma vez que falou muito pouco sobre o assunto, até ao momento.

Iria ter o cuidado de documentar sobre vários gastos que a Câmara tem tido, ao longo dos anos, que foram viabilizados, propostas que foram feitas e que não foram viabilizadas, porque era assim, aquilo é que era política. Disse, ainda, que não poderiam ser demagogos, não devem mentir, devem ser claros, mesmo não estando de acordo, porque não tem a verdade absoluta, mas deixem-no ter o direito de defender a execução daquilo que ele entende ser o melhor para a sua terra.

Naturalmente, a partir do momento em que rejeitam as suas propostas, vai dizer às pessoas que o estavam a apoiar, não, a sua estratégia é aquela e estava delineada desde o principio. Referiu que procurou sensibilizar os Bombeiros para aquilo, agora, não se poderia comparar os Bombeiros com outras entidades, que por mais nobres que sejam e que prestem excelentes trabalhos, que são imprescindíveis, mas a maior parte das entidades, fecham a porta e a Câmara não tem que ir abrir, tem que ficar preocupada com as consequências, nomeadamente dos lares, como foi falado e outras instituições e outros equipamentos, os Bombeiros não, se amanhã fecharem a porta, a Câmara no outro dia tinha que abrir a porta, nem que tenha Sapadores dos Bombeiros, tinha que os pagar a todos, ou então ficavam sem Bombeiros, que era a mesma coisa que ficar sem polícias ou outra coisa qualquer, e poderiam dizer que era demagogo, mas são as suas convicções, e, provavelmente, porque Peniche nunca pensou um bocadinho mais além, não arriscou nada nas oportunidades. Relativamente aos fundos comunitários, como hipótese, poderiam contar com a construção do Pavilhão Multiusos dentro de quantos anos, talvez dez anos, não, na sua opinião deveriam apostar imediatamente a sua construção.

Pensava que iriam discutir, nomeadamente, o conteúdo do protocolo, gostaria de o fazer e, na sua opinião, a Câmara Municipal deveria estar mais envolvida na gestão do equipamento e, não era indispensável, mas achava curioso ter sido questionado sobre o que iriam fazer com o equipamento. Referiu que sonhava com um equipamento, há alguns anos, então não sabiam o que queriam fazer no equipamento, deveriam era discutir como é que ele iria ser construído, que tipo de equipamento, que sonorização, que qualidade, agora, não sonhava com um elefante branco, sonha com um equipamento que lhes permita fazer muitos eventos, porque estão muito atrasados, em relação aos outros concelhos, nomeadamente, em relação ao concelho de Torres Vedras,

Em relação o apoio dos Bombeiros, eles não estão a pedir dinheiro para a sua atividade, felizmente, têm uma situação muito estável, e no dia em que os Bombeiros precisem do apoio da Câmara, naturalmente que apoiavam, agora estarem a dar apoio, aos Bombeiros, para a sua atividade, quando eles nem sequer precisam, parecia-lhe um pouco descabido.

Iriam fazer muita política com aquele assunto, mas era uma política esclarecedora, e era inadmissível, pedirem que se calassem, em relação àquilo, porque política é o confronto de ideias, é não estarem de acordo, mas aceitar que os outros têm o direito a outra opinião, era a parte mais nobre da política, respeitarem-se uns aos outros, e não aceitando votariam contra. Referiu que sabia que nos mandatos anteriores, o seu ex-colega, que era Presidente de Câmara, às vezes retirava os assuntos da reunião de Câmara para não serem votados contra, ele próprio criticava-o diretamente por fazê-lo, da sua parte irá fazê-lo sempre por votação, porque se não as coisas não ficariam esclarecidas. Disse, ainda, que admitia que poderiam, todos, ter razão, mas também, teriam que admitir que ele possa defender as suas convicções.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que se fosse a Câmara Municipal, a avançar para um Pavilhão Multiusos, votaria a favor.

Vereador Jorge Gonçalves (PS):

Disse que gostaria de informar o senhor Presidente que estava de acordo, que não se comparava os Bombeiros com mais nenhuma entidade, neste concelho, que se dedique à proteção e ao socorro, mas não era disso que estavam a tratar, se estivessem a tratar da necessidade de instalações, que os Bombeiros precisassem para a sua atividade, que está definida para aquilo que foram criados, fariam hoje, o que já fizeram no passado, que era ter vendido aos Bombeiros, por cinco contos de reis, na altura, doze mil e oitocentos metros quadrados naquele sítio, para a construção do quartel, que está escrito na escritura, e o senhor Presidente sabia quanto é que valiam dois mil e oitocentos metros quadrados, naquele sítio, e a construção do quartel.

Disse que a construção do quartel, que o Ministério da Administração Interna financiou, em parte, foi depois, na parte restante, financiado pela Câmara Municipal, e deve ter sido na ordem dos quinhentos mil euros, na altura, mas para a sua finalidade, proteção e socorro das populações.

Disse que quando se referia que se fazia política e não se fazia politiquice, achava que se estava a fazer politiquice quando se dizia: *"e se os Bombeiros fechassem a porta"*, então, mas os Bombeiros fechavam a porta porquê, estava diminuída alguma capacidade dos bombeiros para o exercício daquilo para o qual foram constituídos, e existia, da parte do senhor Presidente, um equívoco quando dizia *"o projeto"*, não há projeto, e o problema era esse, e o que dizia a última carta dos Bombeiros, que veio no decurso das reuniões deste ano, e não do ano passado, era: *"O Pavilhão Multiusos terá uma dimensão entre os quatro mil a quatro mil e duzentos metros quadrados, o edifício propriamente dito, manterá a cerca do atual edifício dos Bombeiros Voluntários de Peniche e envolventes, a sua fachada terá dois pisos que contempla a entrada, átrio principal, receção, três espaço para arrendar e apoio administrativo, no primeiro piso, e no segundo piso, contemplará um auditório com cerca de cento e cinquenta lugares e respetivas salas de apoio, instalações sanitárias, balneários, sala de primeiros socorros. Do restante espaço, nascerá a nave, que ocupará o espaço remanescente."*, ou seja, depois daquele edifício e que nasceria a nave que seria o Pavilhão Multiusos, e face

àquilo ninguém poderia dizer quanto é que aquilo custava, e o primeiro passo, por isso é que disse que o processo foi mal gerido, é ter um projeto para saber o que se fazia, quanto custava e para saber se o Município poderia ir ou não por aquela via.

Referiu que a proposta de protocolo, que foi acertado entre a Câmara Municipal e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, também tinha uma deficiência, não afirmava que iria haver um protocolo de gestão entre os Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche e a Câmara Municipal, dizia que poderia haver, portanto, o senhor Presidente da Câmara tinha razão quando dizia que, provavelmente deveriam disuictir mais as condições do protocolo, mas aquele protocolo chegou à Câmara Municipal por proposta do senhor Presidente da Câmara, trabalhada com as Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, com certeza.

Sofia Barradas (PSD):

Disse que a questão do protocolo era pertinente e o senhor Presidente da Câmara afirmou que, de facto, queria discutir o protocolo, e seria importante, tendo em conta o que o senhor Vereador Jorge Gonçalves acabou de referir, mas sendo uma proposta do senhor Presidente, à reunião de Câmara, já deveria constar, nela, qual era a sua proposta, relativamente àquele protocolo, era esse o papel do senhor Presidente, não era submeter aos senhores Vereadores um protocolo que caiu, mas que não tinha a sua leitura, a sua interpretação, a sua proposta, aos senhores Vereadores da Câmara.

Referiu que, por outro lado, existia uma questão essencial, aquele pavilhão respondia às necessidades, porque não iriam construir mais, isto porque investimento era sempre investimento, e para se fazer num lado, teria que se abdicar de fazer noutro, e não valia a pena estarem a criar infraestruturas que não respondam às necessidades. Referiu que se não se sabia se a área era suficiente ou se daria para fazer um campeonato de futsal, essa era a primeira questão que teria que ser respondida, ou seja, o que vier a ser construído, teria que responder às necessidades que o concelho tem, e mesmo que não sejam as necessidades que têm, agora, seriam as que perspetivavam no futuro, por mínimas que sejam, mas teriam que responder àquela condição, desconhecendo se respondia ou não, mas, para si, era aquela condição a primeira e era essencial.

Relativamente ao que se falou, sobre fazer política ou politiquice, deixou um apelo ao senhor Presidente, política, para a própria, na sua posição, era aproveitar os consensos que tinha, no momento, da oposição, relativamente à construção de um pavilhão multiusos e arranjar meios de o fazer, aproveitando aquele consenso que já ali tinha, aquilo era fazer política, era gerar consensos e para o Presidente de Câmara era o número um, gerar consensos, trabalhar para isso.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Deu conta que aconselhou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche a falar com os todos os partidos, para explicarem os projetos e as intenções, mas, acima de tudo, viu aquela possibilidade para o Município, para o concelho, não viu como uma questão, essencialmente, dos Bombeiros ou para lhes resolver qualquer problema, não foi a sua intenção, mas respeitava.

Relativamente à questão sobre a derrama, teriam que discutir muito, mas, caso os senhores Vereadores da Câmara Municipal aprovarem, como acha que existe concenso para aprovar, este ano, iriam dar começar a desenvolver o projeto, que não necessita de

derrama, nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para construir o reservatório de Ferrel, na envolvente das escolas de Ferrel, o cemitério tem algumas verbas consideráveis aplicadas para a aquisição dos terrenos, o cemitério é da Junta de Freguesia, e bem, e a Câmara fará a obra.

A Junta de Freguesia que tem colaborado mais, em termos diretos, com a Câmara Municipal era a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, que tem apresentado sucessivas propostas de obras. A Freguesia de Peniche está a executar uma obra, que vinha do passado, portanto, a Junta de Freguesia teria que criar meios.

Não poderiam esquecer que, e provavelmente foi o culpado das injustiças para a Junta de Freguesia de Peniche, em termos de pessoas. Referiu que a Freguesia de Atouguia da Baleia tinha o apoio, mensal, de nove trabalhadores, em que apresentava os custos e a Câmara Municipal pagava, a Freguesia de Peniche tinha seis trabalhadores, que apesar de ter menos área, tinha mais eleitores, e por isso recebia mais do Orçamento de Estado, a Freguesia de Ferrel tinha cinco e a Freguesia da Serra d'El-Rei tinha quatro. Disse que se teriam que fazer contratos de execução de obras.

Na sua opinião, o caminho seria, dentro das possibilidades, as Juntas de Freguesia ajudarem a Câmara a fazer aquilo que, sozinha, não consegue fazer.

Em relação ao Pinhal de Ferrel, teriam que ser tomadas medidas, relativamente à limpeza de Ferrel.

Relativamente à Energia das Ondas, não conhecia o protocolo, nem os contratos, sabia que era um grande investimento, mas não era comparável, o impacto das élicas com aquele, mas se a Freguesia conseguir alguma participação da empresa para a sua atividade, ficava satisfeito.

Em relação à questão do caravanismo, da parte do Município, havia pouca fiscalização, aliás, existia pouca fiscalização a vários níveis, até porque o parque de viaturas, da Câmara Municipal, impedia que os fiscais o pudessem fazer. Deu conta que aguardava uma solução, via Oestecim, para apresentar em reunião de Câmara, para a renovação de uma parte das viaturas., porque eram precisas viaturas para que os trabalhadores não esperem uns pelos outros, cada equipa tinha que ter um carro, todos se queixam, nomeadamente os fiscais. Disse ainda, que para o caravanismo existia fiscalização, havia autos levantados, essencialmente, da Guarda Nacional Republicana, não apenas neste mandato, no anterior já acontecia, e vão para tribunal.

Estava a ser trabalhado, há algum tempo, e já o referiu em reunião de Câmara, que existia o objetivo de fazer uma campanha, em relação à sensibilização para o sistema de lixo, que será para todo o concelho, para que as pessoas tenham outros comportamentos. Referiu que tinham que intervir, sensibilizar e fazer as pessoas acreditar que é possível ter um concelho mais limpo.

Em relação ao fornecimento de combustível, se teria que verificar, mas teria que haver controlo. Referiu que não haveria problema se o valor do gasóleo for equivalente ou aproximado, mas queria controlo para todos.

Relativamente ao controlo local de segurança, estava entusiasmado, porque esteve em duas sessões, em Leiria, trouxe a documentação toda e tinha um dossier para analisar e, posteriormente, discutir com a Câmara, mas existiam propostas muito interessantes e, este ano poderia ser mais fácil, porque tinham eleições, o Governo está a percorrer todas as zonas, irá avaliar e solicitar, na altura certa, apoio ao senhor Deputado Ângelo Marques, porque conhecia.

Sobre os bares do Baleal, que estavam três Regulamentos a ser trabalhados, esperava que saíssem rapidamente, referindo que comungava das mesmas preocupações e da mesma opinião que o senhor Presidente de Junta de Ferrel. Na sua opinião, os horários de funcionamento teriam que ser reduzidos, apesar de algumas pessoas não ficarem satisfeitas, mas era uma medida, que alguns concelhos vizinhos já tomaram, e era interessante que todos os concelhos acordassem em encerrar todos os bares, às quatro horas da manhã. Disse, ainda, que a proximidade com a Polícia de Segurança Pública, com a Guarda Nacional Republicana, com os Comandos Distritais e com outras entidades que têm conversado, apontavam naquele sentido. Referiu que assumia que iria defendê-lo como Presidente de Câmara, mas os senhores Vereadores votarão e a Assembleia Municipal também.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Relativamente ao gasóleo, disse que estava descansado, porque fazia um relatório, interno, com os quilómetros e as horas, que entregava na Câmara Municipal.

Disse que o senhor Deputado Ângelo Marques e o Partido Socialista estariam sempre disponíveis para a Câmara Municipal e para Peniche.

Referiu que nas primeiras linhas da proposta das Grandes Opções do Plano, escreveu que as Juntas de Freguesia deveriam ser uma extensão da Câmara Municipal, e não era justo, na sua opinião, dizer qual a Junta que precisa de mais, a que tem mais ou a que tem menos, porque são todas diferentes. Aproveitou para agradecer à ajuda que tem recebido da Junta de Freguesia de Peniche, mas é uma Junta de Freguesia diferente, não tem, por exemplo, vinte quilómetros de caminhos agrícolas, não tem os jardins da maneira que estão e é mesmo necessário criar equilíbrio, que pode ser visto de diversas formas. Disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia era o mais disponível, porque o território que dispõem é infundável, como é que conseguiria dar a volta, e isso remetia para o Estado Central, as transferências de competências para as Freguesias eram feitas pelo número de eleitores, a Freguesia de Ferrel tem dois mil e quinhentos eleitores, e quantos residentes, eram muito mais, referindo que, por semana, passava, pelo menos, dez atestados de residência, estrangeiros, emigrantes, etc.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE PENICHE, PARA COMPARTICIPAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE UM DUMPER:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP),

que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 16/2019: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, que o Município de Peniche atribuisse um apoio à Freguesia de Peniche, no valor de 8 738,50 € (oito mil, setecentos e trinta e oito euros e cinquenta cêntimos), para comparticipação na aquisição de um Dumper.

3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ADESÃO À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (AICE), BEM COMO A INTEGRAÇÃO NA REDE TERRITORIAL PORTUGUESA DE CIDADES EDUCADORAS (RTPCE):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Paulo Ernesto (PSD):

Disse que:

Reteve algumas palavras que o senhor Presidente referiu, acerca da questão do horário dos bares, e que, por vezes, assistia a algumas situações degradantes nas primeiras horas da manhã. Recordou que quando era funcionário deste Município, que acentuaria a palavra degradante, relativamente às imagens que o senhor Presidente tinha acabado de classificar, porque aquele não era o modelo de sociedade que qualquer um dos que ali estavam defenderia e só sobre aquele aspeto, leu algumas considerações sobre a questão da Educação, de facto, aquilo pode não ter o mesmo efeito estético de outros assuntos que ali se tem apresentado, mas educação era a base de tudo o que estava depois daquilo, e isso influenciava, muito, a qualidade das decisões que tomavam, e a questão da integração nas redes de cidades, na sua opinião, era um passo, realmente, extraordinário, se for muito bem aproveitado, e nesse sentido começou por dizer que acerca da Educação, de facto, fazia parte da dialética educativa, a exploração das potencialidades humanas nos diversos contextos culturais, sociais, comunitários, familiares, ou outros, concordariam todos, por certo, que um dos pilares base do sucesso da educação se mensuraria, não apenas pelo potencial individual, de um indivíduo se transformar a si próprio, como pelo benefício que daí advenha para os seus pares. Referir, igualmente, que a uma escala redutora da Educação poderiam distinguir, claramente, diversos palcos de atuação, decisivos na construção do empreendimento humano, o contexto familiar, o grupo de pertença de referenciais comuns, a família, a vida escolar, constituem o conjunto de mundividências que àquele nível possibilitavam contacto direto com os agentes modeladores da educação, e em simultâneo, naquela escala o indivíduo *per si*, constrói e configura aquilo que futuramente determinaria à comunidade onde se inseria. Se quisessem aquele nível, assistiriam a uma relação entre o indivíduo e o exterior, ou seja, uma relação que iria de dentro para fora. A uma escala mais macro, o indivíduo não assumia, propriamente, um papel ativo nas determinações futuras da seleção de políticas públicas do seu desenvolvimento, por exemplo, a construção de equipamentos públicos de estabelecimentos educativos, ou a definição de currículos escolares, secundarizava a manifestação da vontade individual, poderiam daquele modo afirmar que àquele nível evidenciava, seguramente, uma relação, ao contrário da anterior,

aquela entre o exterior e o indivíduo, ou seja, uma relação de fora para dentro. Disse que a compreensão daquela relação de forças poderia ser decisiva na definição de uma política local, acerca das matérias educativas, e naquele sentido, senhor Presidente, considerava que a integração de Peniche, numa rede de cidades, para que caso ainda não soubesse o que estava ali em causa, a integração numa Associação Internacional de Cidades que constam de quatrocentas e oitenta e oito cidades, distribuídas por trinta e seis países.

Na questão da integração da rede Nacional daquelas cidades educativas, atualmente, segundo os dados que estão divulgados, existem setenta e cinco cidades, em Portugal, e numa rede de cidades, onde a dinâmica de vida acentava no compromisso de promoção e divulgação do potencial humano, na criação de comunidades harmonizadas com redução de assimetrias através de eventos e projetos comunitários, que era o que estava em causa, podia e devia ser um potencial social e, simultaneamente, um fator de discriminação positiva daquilo que era, já hoje, um património inigualável que tinham em Peniche, não apenas na nossa região com para além dela, referindo-se às nossas gentes.

Tinham, seguramente, com aquela integração, oportunidade de criar um concelho, onde as crianças, adolescentes e jovens mantivessem o vínculo com a terra, que esperavam todos que fosse duradouro, onde elas aprendam a ser inteligentes, dotadas de capacidade cívica, felizes e trabalhadoras. No seguimento de todas aquelas considerações, perguntou ao senhor Presidente de que forma considerava que poderia vir a ser benéfico, para o nosso concelho, a integração, quer na Associação Internacional, quer na rede Portuguesa de cidades educadoras, e pelo conhecimento que considerava ter das potencialidades do nosso concelho, que contributos estávamos em condições de levar àquelas cidades.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que

Aquilo era um grande desafio que, de momento, Peniche tinha, com alguns exemplos de alguns projetos que iam sendo desenvolvidos nas nossas escolas, e não só, e que poderiam, também, enriquecer outras cidades, mas, na sua opinião, o principal propósito seria a aproximação de outras experiências e enriquecerem aquilo que seria a sua visão, em termos de educação no geral.

Considerou que a educação, era a questão mais estratégica que tinham, em termos de concelho, e tinham muita necessidade de a discutir.

Se cruzaram com um conjunto de situações que não estava à espera, no início do mandato, que tinha que ver com a descentralização de competências, que lhes criava alguma dificuldade, porque quer receber transferência de competências, mas deveriam discutir e estar melhor preparados para um conjunto de circunstâncias.

Tinham que discutir a carta educativa, e foi dado ênfase, que considerou importante, na questão das pessoas, e era um despropósito estarem a discutir o Plano Diretor Municipal e não terem a Carta Educativa, a Carta Desportiva e a Carta Cultural e, muitas outras coisas definidas. Referiu que tinham uma grande necessidade, nomeadamente dentro da cidade, de perceber o que querem, respeitando-se, porque há pessoas com visões diferentes. Se queriam o Centro Escolar do Primeiro Ciclo, ou não, se queriam um processo misto e se queriam, no fundo, incentivar e apoiar outros sistemas de

ensino, que eram realidades, muitas próximas e, também, dentro do concelho, existia alguma experiência, centrado nas pessoas.

Teriam que decidir quantos Jardins de Infância, públicos, queriam, da responsabilidade do Município, quantos ATL querem, as Atividades de Enriquecimento Curricular, não o satisfazia, e era tudo aquilo estava em causa, era aquilo que teriam que discutir e não precisariam de muito tempo, na minha opinião. Referiu que seria pegar na Carta Educativa que existe, discutir entre todos, Autarcas, na Câmara Municipal e Assembleia Municipal, com os pais, com os alunos e com os professores. Deu conta que era um propósito que a sua equipa anda a defender, há algum tempo, que amadureceram, discutiram, acham ser uma grande oportunidade, para se enriquecerem.

Gostava muito, já o tendo referido, e se dependesse de si, de copiar os bons exemplos e aquilo que há de bom nos outros concelhos, mas Peniche era um concelho privilegiado, em vários aspetos, mas têm-no maltratado.

A área da Educação era transcendente, na sua opinião, não deveria existir politiquices, deveriam ter a capacidade de ultrapassar as diferenças que existem, que eram evidentes, e conseguirem discutir com a profundidade desejável, o que pretendem da Educação para os próximos anos, para a próxima década, e estruturar, como entende, e achava que todos entendiam, no essencial, que o Plano Diretor Municipal iria diferir o que iriam ser, como concelho, nos próximos tempos, mesmo que algumas das medidas que lá irão ficar aprovadas, não sejam para executar, porque não vão ter capacidade para o fazer, mas ter a ideia e a capacidade.

Iriam apresentar, provavelmente com o Plano Diretor Municipal, um cronograma para desenvolvimento daquela frente, que era a mais importante,

Há pouco, o senhor Deputado Ademar Marques referiu, a propósito da Associação Patrimonium, ao Plano Diretor Municipal, os líderes das bancadas, na sua opinião, também, tinham condições para dinamizar os processos das comissões que eram aprovados em Assembleia Municipal, com o senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Vereador Mark Ministro (GCEPP):

Disse que:

Iria começar pelo que foi discutido no último Conselho Municipal da Educação, resumindo a quatro temas, portanto, se existe uma elevada taxa de retenção, como de absentismo escolares e, comparando com a média nacional, como com a do Oeste, teriam que mexer na Educação.

Tinham, com o Aluno ao Centro, dois grandes eixos onde estavam a intervir e, pegando no discurso, que era precisamente no indivíduo e na comunidade, com o projeto que têm com a EPIS - Associação Empresários pela Inclusão estavam a intervir, precisamente, no diagnóstico dos alunos, a intervenção assentava no primeiro ano, no quinto ano e no sétimo ano, que são anos de transição, não deixando, no entanto, de caracterizar toda a comunidade, primeiro, segundo e terceiro ciclos, em que aquele projeto estava focado no indivíduo, e iriam, de facto, intervir naqueles que são considerados, face ao modelo que teriam de análise, como estando em risco de insucesso escolar e ajudar a promover.

Paralelamente àquilo, tinham um projeto com o ISPA - Instituto Superior de Psicologia Aplicada, de envolvimento comunitário e promoção do sucesso escolar, via comunidade, onde irão intervir junto das famílias, junto da escola e junto da própria comunidade, e até que ponto não conseguiriam, através das Instituições Desportivas,

Musicais ou Culturais, incentivar uma criança a motivar-se por qualquer coisa e, conseqüentemente, motivar-se, também, pelos seus estudos.

A adesão à Carta das Cidades Educadoras e à Associação Internacional permitia-lhes discutir educação da base, quem estava no terreno a andar para cima, envolvendo a comunidade, aquele seria, na sua opinião, um fator-chave para o sucesso daquelas medidas, era a Educação ser de todos, era promoverem uma educação ao longo da vida, as crianças criarem uma identidade local, e este foi criada uma Atividade de Enriquecimento Curricular, de promoção do Património local, e muitas delas não conheciam o património cultural, o património religioso, o património arquitetónico e a história, o que se fez para Peniche ser o que é hoje.

A parte da identidade era essencial, não só na cidade, aliás, falava-se em Cidades Educadoras, mas o objetivo era ser um concelho educador, portanto, dar ênfase, também, numa área que pretendem implementar no próximo ano letivo que era a Educação para o Oceano. Deu conta que a Câmara Municipal já votou aderir a Escola Azul, que se aplica ao segundo e terceiro ciclo.

Tinha outro projeto que estavam a analisar para a promoção no primeiro ciclo, precisamente, a Educação para o Oceano, que para ele era identitário, mas a partir do momento em que tiverem uma identidade própria e estiverem identificados com a comunidade, muito facilmente conseguiriam transmitir a cultura para os outros. Referiu que já tiveram vários contactos para fazer Erasmus mais, em que no ano passado foi com a Espanha, a Irlanda e a França, tendo em comum o mar, o surf, as praias, os plásticos nos oceanos, portanto, tudo aquilo lhes iria permitir comunicar de uma outra forma com os outros, desde que soubessem o que eram e para onde queriam ir.

Presidente da Mesa, Américo Araújo (PS):

Disse que aquele tema era extremamente preocupante. Gostou da intervenção do senhor Deputado Paulo Ernesto, do Partido Social Democrata, sobre o assunto, a Educação preocupava-o bastante, Peniche era o Distrito com maior insucesso escolar, estando abaixo do nível da média nacional, estando o Agrupamento da Escola D. Luís de Ataíde, seguindo-se o Agrupamento de Escolas de Peniche e um pouco mais acima, o Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia.

Disse que o que estava a contecer em Peniche, relativamente à Educação, era preocupante. Referiu que estava a ser construído um Centro Educativo em Atouguia da Baleia, para o ensino pré-primário e primário, que será uma mais valia para aquela área do concelho. Disse que não poderiam esquecer, e eram feitos alguns elogios à Escola Velha por ser um edifício bonito, que se trata de uma escola do passado a todos os níveis, e, na sua opinião, existe o parque de professores envelhecido, nomeadamente em dois estabelecimentos de ensino, Escola Secundária de Peniche, a média de idades ultrapassa os cinquenta anos, e a Escola D. Luís de Ataíde, portanto, era preciso mudar comportamento, formas de sala de aula, que deveria ser diferenciada e trabalharem virados uns para os outros.

Disse que existe um pouco de desinteresse e o senhor Vereador Mark Ministro falou de situações importantes. Deveriam ser feitas parcerias para poder resolver o problema do insucesso escolar, no concelho, e poderiam servir de base, como exemplo, o Politécnico que existe, que é de referência, no concelho.

Ademar Marques (PSD):

Disse que o senhor Presidente da Assembleia Municipal foi líder de bancada, durante muitos anos, naquela Assembleia Municipal e sabia que não fazia parte das competências dos líderes de bancada interferirem naquilo que eram as competências próprias, quer do senhor Presidente da Assembleia Municipal, quer do senhor Presidente da Câmara Municipal, e aquilo que foi a competência do Partido Social Democrata, enquanto bancada, foi propor, como foi, de resto, a do senhor Deputado António Moniz de propor, em relação à saúde e quer uma, quer outra que foram propostas, uma votada, a outra não votada, mas consensualizada, foram propostas que colheram o assentimento daquela Assembleia Municipal, portanto, não competia às bancadas colocadas em prática, competia, ou à Câmara Municipal ou ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, eram os dois órgãos eleitos, um diretamente, outro pela Assembleia Municipal, logo, teriam que se entender, quem deveria avançar.

Disse que lhe foi pedida a indicação para a comissão local de acompanhamento do Plano Diretor Municipal, dos representantes do Partido Social Democrata, que enviou logo que pôde, em relação à comissão de saúde ficou a aguardar qual seria o contributo, e, ainda, hoje, na ata que aprovaram, fez a pergunta, e não sabia como estava.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que, em relação ao Plano Diretor Municipal, era recorrente a chamada de atenção, de como a comissão aprovada deveria ter funcionado, na sua opinião, ainda não chegou o tempo, a Câmara Municipal está numa fase final de amadurecimento, mais uma ou duas reuniões terminariam, provavelmente, aquilo que serão as opções, já fizeram as reuniões com as Juntas de Freguesia e com as Assembleias de Freguesia, que entenderam, para intervir naquilo que já estava trabalhado. Referiu que, na segunda-feira, iria propor mais uma reunião, com a Câmara Municipal, para março, sobre o Plano Diretor Municipal, e pensa que, a seguir, poderiam ficar em condições de fazer vários tipos de reuniões. Disse que, no imediato, pretendiam ir a um conjunto de vilas e aldeias do concelho e, também, na cidade, apresentam um programa para tentar sensibilizar as pessoas que queiram participar, em vários locais, e já tem uma proposta, e penso que naquela fase estariam em condições para reunir a comissão, porque nada estava fechado.

Sofia Barradas (PSF):

Esclareceu que a comissão que foi proposta, de acompanhamento do Plano Diretor Municipal, não era para o fim que o senhor Presidente da Câmara estava a mencionar, não era para acompanhar aquela fase do plano, era para acompanhar a fase que se tem estado a desenrolar, não a fase em que pretende apresentar um documento já consumado, aliás, bastava verificar o que estava escrito naquela Assembleia Municipal.

Deliberação n.º 17/2019: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, que o Município de Peniche aprove a adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), bem como a integração na Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras (RTPCE).

4) NOMEAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE DO PARTIDO SOCIALISTA OU CIDADÃOS ELEITORES NELA REPRESENTADO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE DE PENICHE:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Américo Araújo (PH):

Relativamente ao assunto, disse que a representante da Assembleia Municipal, no Conselho Municipal da Juventude de Peniche era a senhora Deputada Ana Catarina Manjolinho Mamede, do Partido Socialista, que por razões profissionais renunciou o mandato.

Henrique Estrelinha:

Disse que a representante da Assembleia Municipal, no Conselho Municipal da Juventude de Peniche seria a senhora Deputada Ana Marta Aleixo Figueira dos Santos.

Deliberação n.º 18/2019: A Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, nomear a senhora Ana Marta Aleixo Figueiras dos Santos, como representante do Partido Socialista, no Conselho Municipal de Juventude de Peniche, conforme previsto na alínea b) do número único do artigo quarto do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Peniche.

5) NOMEAÇÃO DE DOIS CIDADÃOS PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, E SEUS SUBSTITUTOS:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa, Américo Araújo (PS):

Deu conta que reuniu com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de (CPCJ), de Peniche e com a Distrital, relativamente àquele assunto, em que referiu que o legislador, e de acordo com o que a legislação, a comissão alargada teriam que disponibilizar até oito horas mensais para fazerem parte daquela comissão.

Disse que a comissão a que se refere, na sua opinião, tem reunido diversas vezes, à terça-feira, quatro horas, numa semana, mais quatro horas noutra semana, pelo que não há muita disponibilidade, das pessoas que estão naquela equipa de saírem dos seus locais de trabalho para, em tempo normal, estarem presentes.

Disse que as duas pessoas que estiveram, do Partido Socialista, por razões profissionais tiveram que sair, e neste momento não encontra ninguém para as substituir, o Partido Social Democrata tinha, também, um elemento, que por razões profissionais teve que sair, mas irá propor um novo elemento.

Ademar Marques (PSF):

Disse que tinham um suplente, que de momento estava de baixa médica, logo não poderia participar nas reuniões, mas a intenção que tem, e esperavam que a pudesse manter, perante as contingências de horários, seria a de poder participar.

Referiu que a senhora Inês Rasteiro, que era suplente, passaria a efetiva, mas parece-lhe que, talvez, com aquelas contingências, tenham que olhar para outra geração, que possa ter mais disponibilidade para estar presente naquelas reuniões, quando a intenção do Partido Social Democrata era colocar pessoas mais jovens para poder dar

algum dinamismo à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).

Deliberação n.º 19/2019: A Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea l) do número único do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, por unanimidade, designar a cidadã Inês Vieira Rasteiro (indicada pelo Partido Social Democrata), para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche em modalidade alargada.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 20/2019: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e trinta minutos do dia vinte e três de fevereiro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária de fevereiro de dois mil e dezanove, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
